

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019



ÍNDICE	Nota
Deleges Detrinespiel	2
Balanço Patrimonial	3
Demonstrações do Resultado	4
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Demonstrações do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas	9
1. A Companhia e suas operações	9
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Operação "Lava Jato" e seus reflexos na Transpetro	12
4. Sumário das principais práticas contábeis	12
5. Novas normas e interpretações	20
6. Estimativas e julgamentos relevantes	20
7. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	23
8. Contas a receber	24
9. Partes relacionadas	25
10. Despesas antecipadas	27
11. Tributos	28
12. Demais ativos - Não circulante	33
13. Ativos mantidos para vendas	33
14. Investimentos em controladas	33
15. Imobilizado	36
16. Processos judiciais e contingências	39
17. Salários, férias, encargos e participações	42
18. Benefícios pós - emprego	43
19. Financiamentos	50
20. Arrendamento mercantil	52
21. Patrimônio líquido	53
22. Resultado por ação	55
23. Receita	55
24. Custos e despesas por natureza	56
25. Outras despesas e receitas operacionais	57
26. Resultado financeiro líquido	58
27. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	58
28. Seguros	58
29. Gerenciamento de riscos	59
30. Eventos Subsequentes	61
Informação Complementar - Balanço Social (não auditado)	62
Conselho de Administração e Diretoria	64
Parecer dos Auditores Independentes	65
Parecer do Conselho Fiscal	69
Polatório Anual Posumida da Comitâ da Auditaria Estatutário (CAE)	70

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro Empresa do Sistema Petrobras Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercicios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

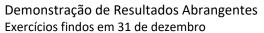


ATIVO		(Controladora	n (Consolidado	PASSIVO			Controladora	1	Consolidado
	Nota	2019	2018	2019	2018		Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalent es de caixa	7.1	102.117	94.464	988.690	850.578	Financiamentos	19	322.742	303.675	322.742	303.675
Títulos e valores mobiliários	7.2	2.331.299	1.116.429	2.331.299	1.116.429	Fornecedores		305.789	301.437	310.991	336.833
Contas a receber	8	5.972	35.107	5.972	35.107	Arrendamentos Mercantis	20	958.279	1.749	1.437.488	1.749
Contas a receber de partes relacionadas	8-9	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291	Contas a pagar a partes relacionadas	9	408.483	543.138	432.762	568.238
Adiantamento a fornecedores		7.214	4.094	18.545	10.784	Impostos e contribuições	11.1	101.993	98.478	102.014	98.552
Estoques		107.948	87.556	107.948	87.556	Provisão p/ Imp.Renda e Contrib.Social	11.1	-	-	3.474	5.387
Imposto de renda e contribuição social	11.1	159.061	309.082	159.061	309.082	Dividendos a pagar	21.5	43.031	_	43.031	-
Impostos e contribuições	11.1	54.709	58.553	54.717	58.559	Salários, benefícios, enc. sociais e participações	17	416.477	313.339	416.477	313.726
Despesas antecipadas	10	8.086	1.565	62.561	52.379	Demais contas a pagar		34.596	36.784	34.669	36.857
Demais ativos	. •	113.599	42.077	113.599	42.078	Receit as a apropriar		4.739	495	4.739	495
25		4.307.919	3.102.454	5.739.346	3.894.843	1.0001.00 a apropria.		2.596.129	1.599.095	3.108.387	1.665.512
Ativos classificados como mantidos pra venda	13	8.123	-	8.123	-						
		4.316.042	3.102.454	5.747.469	3.894.843						
						Não circulante					
						Financiament os	19	6.527.700	5.659.835	6.527.700	5.659.835
Não circulante						Fornecedores		44.132	33.959	44.132	33.959
Realizável a longo prazo	l .					Arrendamentos Mercantis	20	2.853.741	2.071	4.558.997	2.071
Títulos e valores mobiliários	7.2	60.652	58.265	60.652	58.265	Provisão para processos judiciais	16.1	214.374	245.754	214.374	245.754
Contas a receber de partes relacionadas	8-9	14.791	17.616	1.696.575	-	Contas a pagar a partes relacionadas	9	145.115	161.457	145.115	161.457
Tributos e contrib. Sociais diferidos	11.2	792.403	898.839	792.403	898.839	Receitas a apropriar		4.230	4.724	4.230	4.724
Depósit os judiciais	16.3	206.068	197.507	206.068	197.507	Passivo atuarial	18.3	1.729.667	974.725	1.729.667	974.725
Adiantamento a fornecedores		186	15.827	186	15.827	Impostos e contribuições	11.1	46.333	48.848	46.333	48.848
Demais ativos	12	77.431	86.980	77.431	86.980	Demais contas a pagar		14.791	17.616	14.791	17.616
		1.151.531	1.275.034	2.833.315	1.257.418			11.580.083	7.148.989	13.285.339	7.148.989
						Patrimônio líquido					
Investimentos	14	1.298.596	1.179.767	-	-	Capital social realizado	21.1	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Imobilizado	15-19-20	10.933.469	6.602.386	11.336.368	7.073.797	Reservas de lucros	21.2	243.015	-	243.015	-
Intangível		41.721	20.894	41.721	20.894	Outros resultados abrangentes	21.4	(81.212)	353.710	(81.212)	353.710
-						Prejuízos acumulados		′	(324.603)	′	(324.603)
		13.425.317	9.078.081	14.211.404	8.352.109			3.565.147	3.432.451	3.565.147	3.432.451
TOTAL		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952	TOTAL		17.741.359	12.180.535	19.958.873	12.246.952

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro Empresa do Sistema Petrobras Demonstração do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



		Co	ntroladora	C	onsolidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de serviços prestados	23	7.189.079	6.680.188	7.687.403	7.640.492
Custo dos serviços prestados	24	(4.718.772)	(4.611.499)	(5.198.779)	(5.596.684)
Lucro bruto		2.470.307	2.068.689	2.488.624	2.043.808
Despesas operacionais					
Vendas	24	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Gerais e administrativas	24	(782.758)	(830.073)	(789.627)	(837.105)
Tributárias	24	(104.506)	(98.935)	(104.506)	(98.934)
Perda/ reversão no valor recuperável de ativos - Impairment	15.4	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas operacionais, líquidas	24-25	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
		(715.055)	(2.781.494)	(712.240)	(2.797.046)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	3	1.755.252	(712.805)	1.776.384	(753.238)
Receit as financeiras	26	108.620	75.081	257.766	91.517
Despesas financeiras	26	(919.436)	(480.625)	(1.043.204)	(480.879)
Variações monet árias e cambiais, líquidas	26	13.860	(571)	14.198	2.481
Resultado de equivalência patrimonial	14	46.631	(27.547)	-	-
Lucro antes dos impostos		1.004.927	(1.146.467)	1.005.144	(1.140.119)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	11.3	(212.897)	-	(213.114)	(6.348)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	11.3	(181.381)	337.245	(181.381)	337.245
LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Lucro/ (Prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	22	0,18	(0,24)	0,18	(0,24)
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	22	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fina	anceiras.				



Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



		(Controladora	Consolidad		
	Nota	2019	2018	2019	2018	
LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		610.649	(809.222)	610.649	(809.222)	
Outros componentes do resultado abrangente:						
Itens que não serão reclassificados para o resultado:						
Remensuração - Benefícios de planos de pensão Imposto diferido	18	(220.427) 74.945	(35.290) 11.998	(220.427) 74.945	(35.290) 11.998	
		(145.482)	(23.292)	(145.482)	(23.292)	
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	18	(335.889)	(25.610)	(335.889)	(25.610)	
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:						
Ajustes acumulados de conversão em investidas Reconhecidos no Patrimônio líquido	14-21.4	46.449	176.274	46.449	176.274	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		175.727	(681.850)	175.727	(681.850)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



			Reserva de capital	Reservas	de lucros			Outros resultados abrangentes	
	Nota	Capital social realizado	Incentivos fiscais	Legal	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados / Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.403.344	5.792	420.728	87.653	83.031	-	226.338	4.226.885
Ajuste de conversão de investimento no exterior		_	-	_	_	_	-	176.274	176.274
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS		_	_	_	_	_	_	(48.902)	(48.902)
Adoção inicial IFRS9 - ativos financeiros		_	_	_	_	_	(29.554)	-	(29.554)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(83.031)	` ,	-	(83.031)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(809.222)	-	(809.222)
Absorção do prejuízo:							,		-
Reserva de capital		-	(5.792)	-	-	-	5.792	-	-
Reserva legal		-	· -	(420.728)	-	-	420.728	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	(87.653)	-	87.653	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		3.403.344	-	-	-	-	(324.603)	353.710	3.432.451
Ajuste de conversão de investimento no exterior	21.4	-	_	-	-	-	-	46.449	46.449
Mensuração passivo atuarial - Petros e AMS	21.4	-	-	-	_	-	_	481.371	481.371
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	610.649	-	610.649
Destinação do lucro:									-
Reserva legal	21.2	-	-	14.302	-	-	(14.302)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21.2	-	-	-	99.619	-	(99.619)	-	-
Dividendos adicionais propostos	21.5	-	-	-	-	129.094	(129.094)	-	-
Dividendos propostos	21.5	-	-	-	-	-	(43.031)	-	(43.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.403.344	-	14.302	99.619	129.094	-	881.530	4.527.889

As not as explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



	Co	ntroladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das at ividades operacionais				
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício	610.649	(809.222)	610.649	(809.222)
Ajustes para:				
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	212.897	-	213.114	6.348
Participação em empresa controlada	(46.631)	27.547	-	-
Depreciação e amortização	1.104.076	466.560	1.227.595	547.739
Perda/ reversão no valor de recuperação de ativos - Impairment	(424.931)	1.630.011	(424.931)	1.630.011
Resultado com alienação e baixas de ativos	9.692	220	9.692	220
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	895.490	475.014	1.019.038	475.014
Variações cambiais e monetárias não realizados	12.191	6.364	11.208	6.364
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(94.094)	(56.737)	(94.094)	(56.737)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	181.381	(337.245)	181.381	(337.245)
Provisão para processos judiciais	8.443	7.249	8.443	7.249
Perdas com créditos esperadas	<u>-</u>	(2.083)	<u>-</u>	(2.083)
Provisão atuarial com plano de pensão	205.487	149.609	205.487	149.609
Outros ajustes	7.205	-	(126.247)	(13.799)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(45.296)	(15.967)	(71.620)	(9.845)
Estoques	(20.393)	(7.109)	(20.393)	(7.109)
Depósitos Judiciais	(8.561)	(153)	(8.561)	(153)
Outros ativos	(71.610)	48.020	(79.912)	67.237
Aumento (redução) nos passivos				-
Fornecedores	(160.389)	(163.003)	(190.223)	(225.410)
Impostos, taxas e contribuições	(53.019)	(277.458)	(51.860)	(278.453)
Imposto de renda e contribuição Social pagos	(5.013)	(4.740)	(8.358)	(5.906)
Outros passivos	95.014	78.609	94.630	78.790
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	2.412.588	1.215.487	2.505.038	1.222.620
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(558.877)	(826.461)	(595.392)	(889.384)
Títulos e valores mobiliários	(1.123.163)	398.750	(1.123.163)	398.750
Outros investimentos	(25.749)	-	- '	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(1.707.789)	(427.711)	(1.718.555)	(490.634)
' '	(1.101.100)	(427.771)	(117 10.000)	(400.004)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Captações	694.380	243.617	694.380	243.617
• •				
Amortizações de principal	(291.434)	(545.025)	(291.434)	(545.025)
Amortizações de juros	(375.146)	(342.845)	(375.146) 546.950	(342.845)
Recebiment os contratos de arrendament os mercantis (arrendatário)	(724.046)	-		-
Amortizações contratos de arrendamentos Mercantis (arrendador)	(724.946)	(440.740)	(1.256.535)	(440.740)
Dividendos pagos Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(697.146)	(112.719) (756.972)	(681.785)	(112.719) (756.972)
Recui sos riquidos apricados rias atividades de rinaridamentos	(097.140)	(750.972)		(130.912)
	-	-	33.414	121.859
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa				
	7.653	30.804	138.112	96.873
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	7.653 94.464	30.804 63.660	138.112 850.578	96.873 753.705
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO				

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



	C	controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de serviços	8.450.739	7.878.972	8.949.064	8.839.276
Outras receitas operacionais	90.673	75.473	100.357	87.567
Receit as relacionadas a construção de ativos para uso	859.508	1.383.435	896.022	1.446.358
(-) Provisão para perda de crédito esperada	-	2.083	-	2.083
() i Tovisao para perda de di cuito esperada	9.400.920	9.339.963	9.945.443	10.375.284
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.079.788)	(1.081.048)	(1.292.967)	(1.341.786)
Materiais consumidos	(256.202)	(227.426)	(281.892)	(248.881)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.426.255)	(1.907.997)	(1.469.245)	(1.997.817)
Crédit os fiscais sobre materiais consumidos	(9.043)	(7.461)	(9.043)	(7.461)
Créditos fiscais sobre energia, serviços de terceiros e outros	(134.988)	(194.177)	(134.988)	(194.177
Perda/ reversão no valor de recuperação de ativos	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011
1 order reverses no valor de recaperação de acrece	(2.481.345)	(5.048.120)	(2.763.204)	(5.420.133)
Valor adicionado bruto	6.919.575	4.291.843	7.182.239	4.955.151
valor adicionado bruto	0.919.373	4.291.043	7.102.239	4.933.131
Depreciação e amortização	(1.104.076)	(466.560)	(1.227.595)	(547.739)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.815.499	3.825.283	5.954.644	4.407.412
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	46.631	(27.547)	_	_
Receit as financeiras e de variações monetárias e cambiais	169.674	112.414	323.516	128.863
	216.305	84.867	323.516	128.863
Valor adicionado total a distribuir	6.031.804	3.910.150	6.278.160	4.536.275
Distribuição do valor adicionado				
	1.545.861	1.584.222	1.627.607	1.640.706
Pessoal e encargos	128.870	1.364.222	128.870	112.925
Participações nos lucros ou resultados		112.923		112.923
Remuneração variável de empregado	91.431	- 12.444	91.431	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	11.632		11.632	12.444
Vantagens (alimentação, transportes e outros)	178.734	161.364	179.178	161.776
Plano de aposentadoria e pensão	144.394	87.420	106.574	88.052
Plano de saúde	197.581	165.147	224.846	170.321
FGTS	81.473 2.379.976	60.259 2.183.781	81.512 2.451.650	60.259 2.246.483
Entidades governamentais	2.07 3.37 0	2.100.701	2.401.000	2.240.400
Impostos contribuições federais	1.193.721	841.478	1.194.242	847.850
Impostos contribuições estaduais	317.627	299.320	317.627	299.320
Impostos contribuições municipais	256.624	237.990	256.624	237.990
Imposto renda e contribuição social diferido	181.381	(337.245)	181.381	(337.245
3	1.949.353	1.041.543	1.949.874	1.047.915
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
Acionistas	1.091.826	1.494.048	1.265.987	2.051.099
Lucros/ Prejuízos retidos	567.618	(809.222)	567.618	(809.222)
		(003.222)		(003.222)
Remuneração ao acionista	43.031 610.649	(809.222)	43.031 610.649	(809.222)
	6.031.804	3.910.150	6.278.160	4.536.275
Valor adicionado distribuído				

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro , doravante denominada "Transpetro" ou "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, bem como construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral.

A Transpetro, diretamente ou por meio de suas controladas, associadas ou não a terceiros, poderá exercer no país ou fora do território nacional quaisquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Atualmente, parte substancial das operações comerciais da Companhia é realizada com empresas do sistema Petrobras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 4.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 6.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou os requerimentos contidos no pronunciamento *IFRS 16 Leases* e na interpretação *IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments*.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

2.2.1 IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos de contratos de arrendamento mercantil operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil e (iii) no caso dos subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros, a receita de juros sobre os recebíveis.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento desses contratos, reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Na adoção inicial, foi utilizado o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Os seguintes expedientes foram aplicados:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional conforme nota explicativa 17.1 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018;
- os contratos de arrendamento foram mensurados com base no valor presente dos pagamentos remanescentes desses contratos, descontados utilizando a taxa incremental nominal;
- a taxa incremental nominal é a taxa que a Companhia teria de pagar, na data de início do contrato de arrendamento, pela captação, por prazo e garantia semelhante, dos recursos necessários para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor mensurado para os contratos de arrendamentos;
- a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação do direito de uso e a despesa de juros.

Apresentação

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 3.809 milhões nos saldos de ativo imobilizado e no passivo de arrendamento em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido da Companhia. Os ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado, representam principalmente os seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais) e edificações. Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia evidencia os efeitos relacionados à depreciação do direito de uso dos bens arrendados e os pagamentos dos arrendamentos como atividades de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento.

Informações complementares sobre direito de uso reconhecido e a movimentação dos contratos de arrendamento estão mencionadas nas notas 15 e 20 respectivamente.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras na data de adoção inicial.

A taxa nominal média de juros incremental dos passivos de arrendamento da adoção inicial na controladora foi 9,24% e no consolidado 7,68%.

2.2.2 IFRIC 23 Uncertainty over Income Tax Treatments / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o lucro

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos na adoção do IFRIC 23.

2.3 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Transpetro e das suas controladas.

A Companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TI BV) e da Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo o lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

2.4 Demonstração do valor adicionado

Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transpetro e de sua controlada Transbel é o real. A moeda funcional de sua controlada TIBV, que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da TIBV, que atua em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em sua Controlada, que tem moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão e serão transferidas para o resultado quando da alienação do investimento.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

3 Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014 no montante de R\$ 256.664, ou que impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

A Companhia continua acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU) para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados e devidamente tratados.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração, a TRANSPETRO poderá ter direito a receber valores previstos expressamente nesses acordos.

Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas líquidas quando forem recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido, por meio de acordos de colaboração e leniência celebrados com pessoas físicas e jurídicas, o ressarcimento de R\$ 80.281 (R\$ 79.805 até 31 de dezembro de 2018). Esses recursos foram reconhecidos como outras receitas operacionais.

3.1 Investigações envolvendo a Companhia

A Transpetro não é alvo das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida, formalmente, pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.1.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gestão do ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do
 recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o
 recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento
 patrimonial não mantido para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia
 elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados
 abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como perdas com créditos esperadas (*impairment*).

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

d) Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. O baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.1.2 Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.2 Estoques

Materiais, suprimentos e outros, destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, quando este não excede ao custo de reposição.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

4.3 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.4 Demais ativos circulantes

São apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.5 Ativos Mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda são assim classificados quando for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável, apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

4.6 Investimentos societários

As participações nas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base no patrimônio líquido de cada controlada.

No caso da TIBV, o patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos é convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2019. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

4.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com a vida útil de seus respectivos ativos subjacentes e as caracerísticas dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos e amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

4.8 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). É composto, basicamente, por *softwares*.

Ativos intangíveis gerados internamente podem ser capitalizados, desde que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

4.9 Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimo da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido as novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Para os arrendamentos mercantis em que a Companhia é arrendadora do bem e, desde que, classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - Impairment

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

A Transpetro, atualmente, possui 3 UGCs: Transporte, Comboio-Hidrovia e Dutos e Terminais (Contratos), sendo:

- UGC Transporte: Frota de navios
- UGC Comboios-Hidrovia: Conjunto de embarcações (comboios) em construção do Projeto Hidrovia (transporte de etanol ao longo do Rio Tietê)
- UGC Dutos e Terminais (Contratos): Valor em uso/IFRS 16

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor de ágio (goodwill).

4.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém devem ser divulgados em notas explicativas quando:

- Ativo contingente: a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.
- Passivo contingente: a probabilidade de saída de recursos for tida como possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.12 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

4.14 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.15 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

As principais atividades de prestação de serviços na Companhia, por segmento, são:

- Dutos e Terminais Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e operação dos gasodutos;
- Transporte Marítimo Afretamento e operação de embarcações.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo até a sua entrada em operação. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.16 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019:

Norma	Descrição	Data de vigência
Definition of a Business – Amendments to IFRS 3	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito da IFRS 3 - Business Combination ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Interest Rate Benchmark Reform – Amendments to IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39	Altera as IFRS 9-Financial Instruments, IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures e IAS 39-Financial instruments: recognition and measurement, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR) recomendada pelo Financial Stability Board (FSB).	1º de janeiro de 2020, aplicação retrospectiva.
Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações na IAS 1 - Presentation of Financial Statements e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
IFRS 7 – Insurance Contracts	Esta IFRS substitui a IFRS 4 – <i>Insurance Contracts</i> e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2021, aplicação prospectiva.

Quanto às alterações listadas acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas, com exceção à IFRS 7-Insurance Contracts, a Companhia está avaliando a aplicabilidade.

5.2 Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir é apresentado o normativo contábil emitido pelo CPC que ainda não entrou em vigor e não teve sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019, bem como as IFRS equivalentes.

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos −N.º 14/2019	Definition of a Business – Amendments to IFRS 3	1º de janeiro de 2020
	Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	
	Definition of material vinitending to mode and t	

De igual forma, quanto à alteração listada acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fretes dos navios e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de impairment estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 15.4.

6.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

6.5 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

6.6 Gestão de capital

O objetivo da Transpetro ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

6.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de quitá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

			(Consolidado
	Caixa e quivalent	Caixa e quivalentes de caixa		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
AA	926.221	777.886	2.391.936	1.174.679
AAA	7.936	6.675	-	-
BBB+	30.742	57.357	-	-
Outras classificações	23.791	8.660	15	15
Total	988.690	850.578	2.391.951	1.174.694

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

6.9 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não são, significativamente, diferentes de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

7. Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

7.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	
Caixa e bancos	44.053	40.386	117.601	104.899	
Aplicações financeiras:					
No país	58.064	54.078	58.064	54.078	
No exterior	-	-	813.025	691.601	
Total de caixa e equivalente de caixa	102.117	94.464	988.690	850.578	

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

7.2 Títulos e valores mobiliários

7.2 Illuios e valores illobiliarios		
	Controladora	e consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo por meio do resultado	-	-
Valor justo por meio de outros resultado abrangentes	-	-
Oust o Amort izado	2.391.951	1.174.694
	2.391.951	1.174.694
Orculante (i)	2.331.299	1.116.429
Não circulante (ii)	60.652	58.265

- (i) Fundo de investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras. O acréscimo deve-se, principalmente, a geração operacional do período.
- (ii) Refere-se a parcela de cotas do fundo de investimento (FIDC) do Sistema Petrobras, bloqueadas judicialmente.

8. Contas a receber

		Controladora		Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros (i)	10.503	39.638	10.503	39.638
Partes relacionadas (Nota ii)	1.432.705	1.371.143	3.593.529	1.332.291
Total do contas a receber	1.443.208	1.410.781	3.604.032	1.371.929
Perdas de créditos esperadas - Terceiros	(4.531)	(4.531)	(4.531)	(4.531)
Total do contas a receber, líquidas	1.438.677	1.406.250	3.599.501	1.367.398
Circulante	1.423.886	1.388.634	1.902.926	1.367.398
Terceiros	5.972	35.107	5.972	35.107
Part es relacionadas	1.417.914	1.353.527	1.896.954	1.332.291
Não circulante	14.791	17.616	1.696.575	-
Part es relacionadas	14.791	17.616	1.696.575	-

- (i) No exercício de 2018, está incluso parcela de curto prazo do TEJ (transação extra judicial) assinado com o Estaleiro Atlântico Sul EAS no montante de R\$ 18.172 (vide nota 12).
- (ii) No consolidado, exercício 2019, incluso o montante de R\$ 2.173.353 referente as operações de subarrendamentos mercantis, conforme requerido pelo IFRS 16.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

9.1 Transações comerciais por operação com empresas do sistema

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

						Controladora
		N1~ -	31.12.2019		NI≃ -	31.12.2018
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber, principalmente por vendas						
Petrobras	1.129.214	-	1.129.214	1.142.269	-	1.142.269
Demais empresas do sistema	288.700	14.791	303.491	211.258	17.616	228.874
Total	1.417.914	14.791	1.432.705	1.353.527	17.616	1.371.143
Passivo						
Cont as a pagar						
Petrobras	383.479	145.115	528.594	519.830	161.457	681.287
Demais empresas do sistema	25.004	-	25.004	23.308	-	23.308
	408.483	145.115	553.598	543.138	161.457	704.595
Arrendamentos mercantis financeiros - Petrobras	924.733	2.788.191	3.712.924	-	-	-
Dividendos - Petrobras	43.031	-	43.031	-	-	-
Total	1.376.247	2.933.306	4.309.553	543.138	161.457	704.595
Resultado					31.12.2019	31.12.2018
Petrobras					6.906.888	6.734.452
Br Distribuidora					88.408	100.288
TAG					580.292	464.324
NTS					312.593	261.904
BRASKEM					78.927	45.389
Outras empresas					113.094	133.015
Total					8.080.202	7.739.372
Receita, principalmente de vendas					8.307.241	7.731.370
Variações monetárias e cambiais, líquidas					(11.208)	1.320
Receit as (despesas) financeiras líquidas (i)					(215.831)	6.682
Total					8.080.202	7.739.372

⁽i)Inclui o resultado financeiro referentes às operações de arrendamento e subarrendamento mercantis requeridos pelo IFRS 16.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

9.2 Transações (significativas) com empresas do sistema e entidades governamentais

				Consolidado
	Ativo	31.12.2019 Passivo	Ativo	31.12.2018 Passivo
Sistema Petrobras				
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	3.337.590	4.314.437	1.276.136	726.537
Empresas do Sistema - demais empresas	255.939	19.395	56.155	3.158
Subtotal	3.593.529	4.333.832	1.332.291	729.695
Entidades Governamentais				
Bancos controlados pela União	1.122.459	6.850.441	975.392	5.963.510
Subtotal	1.122.459	6.850.441	975.392	5.963.510
Total	4.715.988	11.184.273	2.307.683	6.693.205
Circulante	2.813.345	1.723.268	2.110.176	871.913
Não circulante	1.902.643	9.461.005	197.507	5.821.292

		Consolidado
Resultado	01.01.2019 a	01.01.2018 a
Resultado	31.12.2019	31.12.2018
Sistema Petrobras		
Empresas do Sistema - Petrobras e Controladas	5.967.949	6.504.104
Empresas do Sistema - demais empresas	1.159.584	411.604
Subtotal	7.127.533	6.915.708
Entidades Governamentais		_
Bancos controlados pela União	(529.302)	(451.489)
Subtotal	(529.302)	(451.489)
Total	6.598.231	6.464.219
Receita, principalmente de vendas	8.805.566	8.691.674
Compras e serviços	(1.450.994)	(1.783.967)
Variações monet árias e cambiais, líquidas	(11.208)	1.320
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(745.133)	(444.808)
Total	6.598.231	6.464.219

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.3 Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2019 e 2018 foram as seguintes:

		Expresso em reais
	2019	2018
Menor remuneração	1.511	1.511
Remuneração média	12.212	11.622
Maior remuneração	69.305	61.804
Remuneração do dirigente da Transpetro	101.092	101.092

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Transpetro tem por base as diretrizes estabelecidas pela Petrobras, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas conforme a seguir:

		2019				2018
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total
Salários e benefícios	8.333	817	9.150	6.395	517	6.912
Encargos sociais	1.453	163	1.616	1.779	-	1.779
Previdência complementar	532	-	532	474	-	474
Remuneração total	10.318	980	11.298	8.648	517	9.165
Número membros remunerados - média do período	5	7,6	12,6	5	5,6	10,6

Foi estabelecido o valor de R\$ 14.690 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020.

10. Despesas antecipadas

		Controladora		Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamento Antecipado	-	-	49.618	48.588
Seguro	8.086	1.565	12.943	3.791
Total	8.086	1.565	62.561	52.379

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Tributos

11.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

					C	onsolidado
Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulant	
Imposto de renda e contribuição social	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte (i)	159.061	309.082	-	-	-	-
Tributos sobre o lucro no exterior	-	-	3.474	5.387	-	-
Total	159.061	309.082	3.474	5.387	-	-

					C	onsolidado
Demais impostos e contribuições	Ativo C	irculante	Passivo (Circulante	Passivo Não Circulante	
Demais impostos e contribuições	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
IOMS	8.765	3.349	22.021	11.024	-	-
PIS/ COFINS (ii)	5.003	27.718	22.496	245	-	-
INSS (iii)	25.626	26.588	-	6.839	-	-
ISS	2.584	681	13.839	12.916	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	34.948	31.211	-	-
Contribuições trabalhistas (iii)	-	-	-	31.082	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (iv)	-	-	5.101	4.844	46.333	48.848
Outros	12.739	223	3.609	391	-	-
Total	54.717	58.559	102.014	98.552	46.333	48.848

- (i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL é resultante das retenções desses tributos nas prestações de serviços para a Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS. De acordo com a IN RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal ECF. Após a entrega da ECF 2019 (ano-calendário 2018) em junho/2019, foi compensado um total de R\$ 307 milhões no pagamento de impostos, entre os quais PIS/COFINS, Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF e Contribuição Social Retida na Fonte CSRF, sendo R\$ 293 milhões referentes ao saldo original de impostos a recuperar acumulado em 2018 e R\$ 14 milhões de atualização pela taxa Selic desses créditos.
- (ii) Os valores do PIS e COFINS a recuperar decorrem das retenções determinadas pela Lei nº10.833/2003 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados. O saldo acumulado em dezembro/2019 será compensado na apuração do respectivo tributo ao longo do exercício de 2020.
- (iii) O valor de INSS a recuperar refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/1998, regulamentada pela IN RFB nº971/2009. Os créditos são utilizados ao longo do ano na apuração do próprio imposto. Em 2019, o saldo passivo dessa rubrica foi reclassificada para o grupo de salários e encargos.
- (iv) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R\$ 145 milhões referentes à não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005.
 Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado no passivo da Companhia é de R\$ 51.434 (R\$ 5.101 no passivo circulante e R\$ 46.333 no Passivo não-circulante), referentes à 121 parcelas, mensais e sucessivas, vencíveis a partir de Janeiro de 2020, atualizadas pela taxa Selic.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos - Não circulante

a) Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas no Plano de Negócios e Gestão – PNG.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em 2019 nos montantes de R\$ 582.267 e R\$ 210.136 respectivamente (R\$ 660.529 e R\$ 238.310 em 2018) foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental), perdas no valor recuperável de ativos ("impairment"), provisão para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, pelo disposto na Lei nº 12.973/14, que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº1.700/2017, e pelas novas regras definidas pelo IFRS16.

Em 2019, a remensuração do passivo atuarial relacionada ao plano de previdência própria dos empregados da Transpetro, aumentou a provisão atuarial em aproximadamente R\$ 220,4 milhões, com impacto de R\$ 74.945 no ativo diferido. O valor foi incluído em "Outros Resultados Abrangentes".

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



										Controladora
	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Arrendamento Mercantil	Depreciação acelerada	Impairment	Provisões Operacionais	Perdas de crédito esperadas	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	81.092	12.270	45.673	-	(114.437)	393.219	117.625	-	-	535.442
Resultado	(13.221)	18.670	8.885	-	(62.012)	376.162	1.291	7.470	-	337.245
Outros resultados abrangentes	-	-	11.999	-	-	-	-	14.153	-	26.152
Em 31 de dezembro de 2018	67.871	30.940	66.557	-	(176.449)	769.381	118.916	21.623	-	898.839
Resultado	(11.825)	21.701	12.143	28.731	(51.565)	(176.359)	7.056	-	(11.263)	(181.381)
Outros resultados abrangentes	-	-	74.945	-	-	-	-	-	-	74.945
Em 31 de dezembro de 2019	56.046	52.641	153.645	28.731	(228.014)	593.022	125.972	21.623	(11.263)	792.403
Impostos diferidos ativos Impostos diferidos passivos Em 31 de dezembro de 2018										1.075.288 (176.449) 898.839
Ell of de dezembro de 2010										000.000
Impostos diferidos ativos										1.031.680
Impostos diferidos passivos										(239.277)
Em 31 de dezembro de 2019										792.403

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão utilizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções de lucros do PNG.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Controladora e consolidado

Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	Ativos	Passivos
2020	103.194	-
2021	33.064	-
2022	32.259	-
2023	32.259	-
2024	32.260	-
2025 em diant e	559.367	-
Parcela registrada contabilmente	792.403	-
Total	792.403	-

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os lucros apurados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentados a seguir:

		Controladora
	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	1.004.927	(1.146.467)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(341.675)	389.799
Ajustes definitivos para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais - Lucro na Exploração	4.337	(269)
Benefício fiscal - Salário Maternidade	526	(324)
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	3.213	-
Provisão aposentáveis AMS	(54.258)	(41.904)
Participações em Controladas	15.855	(9.366)
Relações institucionais	(187)	(146)
Bônus - Dirigentes	-	(501)
Outros Ajustes	(22.089)	(44)
Imposto de renda e contribuição social	(394.278)	337.245
Imposto de renda e contribuição social correntes	(212.897)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(181.381)	337.245
Total	(394.278)	337.245
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	-39%	-29%

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

11.4 Programa de regularização de débitos federais

Em Agosto de 2017, a Transpetro aderiu ao programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória nº 783/2017. A Companhia incluiu um total de 12 (doze) débitos tributários federais, de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL, cujas expectativas de perdas eram prováveis. Com a adesão, os débitos tributários originais de R\$ 145 milhões foram reduzidos a R\$ 98 milhões, gerando uma economia de 32%.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) está apresentado a seguir:

				Consolidado
	31.12.2019	Pagamento	Atualização Monetária	31.12.2018
PERT				
IRPJ/CSLL	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Total	51.434	(5.013)	2.755	53.692
Orculante	5.101			4.844
Não circulant e	46.333			48.848

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Demais ativos - Não circulante

Corresponde ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista nos contratos realizados com o Estaleiro Atlântico SUL - EAS no montante de R\$ 114.352 (principal e atualização monetária).

Devido à rescisão dos contratos para a construção de navios com o estaleiro Atlântico Sul - EAS (7 navios DP, sendo 4 Suezmax e 3 Aframax), as cartas de fiança que garantiam os valores adiantados foram devolvidas e foi assinado TEJ (transação extra judicial) para devolução dos adiantamentos realizados, em parcelas anuais a partir de 2018.

A Transpetro reavaliou e manteve o reconhecimento de perda de crédito esperada para este ativo no montante de R\$ 41.627, resultante do IFRS 9, para o exercício de 2019.

Controladora e Consolidado

	31.12.2019	Atualização monetária	Transferência Curto Prazo	Recebimento (i)	31.12.2018
Eficácias a receber	114.352	3.515	-	(17.770)	128.607
Perdas de crédito esperada - PŒ	(36.921)	-	4.706	-	(41.627)
Não Circulante	77.431	3.515	4.706	(17.770)	86.980

(i) Valor pago ao estaleiro Rio-Tietê referente aos contratos de 16 comboios (5 ao 20) suspensos por força de decisão judicial, garantidos por cartas de fiança emitidas pelo Banco ABC do Brasil SA, tendo sido quitada no 4º trimestre de 2019.

13. Ativos mantidos para venda

Em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou o processo de alienação do navio Lorena BR. Desta forma, o ativo foi reclassificado e está apresentado como mantido para venda. Os esforços para a venda do navio Lorena BR já se iniciaram e a concretização da venda deve ocorrer no primeiro trimestre de 2020.

14. Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Transpetro International BV (TIBV) e Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

A TIBV é sediada em Rotterdam (Holanda) e tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (*Time Charter Party*) com a Petrobras (vide nota 20).

A Transbel é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) que tem como atividade a exploração da cessão onerosa da área, administração de infraestrutura portuária e infraestruturas públicas e suas instalações, localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, identificada como Bel-09, podendo nela, e por meio dela, realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazenamentos, gestão de terminais aquaviários, navegação de apoio portuário e demais atividades relacionadas à movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Seguem abaixo as informações sobre as controladas:

Controlada	%de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito em 31.12.2019	Quantidade de Ações/ quotas	Patrimônio Iíquido	Lucro líquido 2019	Lucro líquido 2018
Transpetro Bel 09 S.A - Transbel	100%	25.749	1.000.000	25.749	-	-
Transpetro International BV - TIBV (*)	100%	130.076	130.075.685	315.788	11.316	(7.209)

^(*) Valores em milhares de US\$

Movimentação dos saldos de investimentos:

No fim do período/ exercício	1.298.596	1.179.767
Variação cambial em investimento no exterior - TIBV (iii)	46.449	176.274
Equivalência patrimonial - Transbel (ii)	25.749	-
Equivalência patrimonial - TIBV (i)	46.631	(27.547)
No início do período/ exercício	1.179.767	1.031.040
	31.12.2019	31.12.2018

- (i) Refere-se ao resultado gerado pela controlada TIBV nos exercícios de 2019 e 2018
- (ii) Integralização de capital
- (iii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial do investimento na TIBV, registrada em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As informações contábeis resumidas sobre os investimentos são as seguintes:

		31.12.2019		31.12.2018
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Ativo circulante (i)	25.749	1.430.022	-	832.445
Ativo Realizável a longo prazo (i)	-	1.696.575	-	-
Imobilizado	-	402.899	-	471.411
Total do Ativo	25.749	3.529.496	-	1.303.856
Passivo Grculante (i)	-	536.601	-	106.473
Passivo não Orculante (i)	-	1.720.047	-	17.616
Patrimônio Líquido	25.749	1.272.848	-	1.179.767
Total do Passivo	25.749	3.529.496	-	1.303.856

	01.01.2019 a			01.01.2018 a		
		31.12.2019		31.12.2018		
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV		
Receita operacional líquida	-	498.324	-	960.304		
Lucro/ (Prejuizo) Líquido do exercício	-	46.631	-	(27.547)		

(i) Em 1º de janeiro de 2019, data da aplicação inicial do IFRS 16, a TIBV reconheceu passivos de arrendamentos com terceiros e recebíveis com a Petrobras, relativos aos contratos de subarrendamentos classificados como arrendamentos financeiros.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



15. Imobilizado

15.1 Composição

Consolidado Controladora Benfeitorias Projetos de Reformas de Outras obras Edificações e Equipamentos Direitos de em bens de **Navios Terrenos** expansão tanques em **Total Total** em benfeitorias e outros bens Uso terceiros Promef andamento andamento Saldo em 1º de Janeiro de 2018 12.316 194.391 1.567.671 5.042.362 12.177 5.305 542.996 223.731 142.547 7.743.496 7.322.041 53.725 15.496 12.323 631 1.169.296 77.444 108.552 1.437.467 1.374.544 Adições Baixas (59)(161)(220)(220)Impairment - constituição (1.446.281)(183.730)(1.630.011)(1.630.011)Impairment - reversão Transferências 46.954 238.148 1.360.370 (1.360.370)(170.308)(114.794)Depreciação (75.698)(325.092)(141.745)(1.274)(1.338)(545.147)(463.968)1.175 Ajust e Acumulado de Conversão (548)15.379 52.206 68.212 Saldo em 31 de Dezembro de 2018 10.978 1.511.602 4.879.235 12.177 4.662 137.319 7.073.797 6.602.386 218.765 168.192 130.867 Custo 31.354 469.271 3.120.479 6.095.959 12.177 168.192 10.172.623 9.316.776 7.005 130.867 137.319 Depreciação (20.376)(250.506)(1.608.877)(1.216.724)(2.343)(3.098.826)(2.714.390)Saldo em 31 de Dezembro de 2018 10.978 218.765 1.511.602 4.879.235 12.177 4.662 168.192 130.867 137.319 7.073.797 6.602.386 Adições 27.766 69.430 4.178.819 5.025.786 4.453 566.161 123.205 92.469 5.062.303 Baixas (36)(8.827)(7.655)(2.039)(106)(1.189)(19.852)(19.852)Impairment - reversão 424.931 -424.931 424.931 Transferências 19.396 169.890 631.820 (631.820)(106.120)(83.166)Depreciação (1.338)(91.623)(341.955)(199.346)(589.040)(1.223.302)(1.099.782)Ajust e Acumulado de Conversão 1.490 2.893 13.834 274 18.491 5.812.249 11.336.368 Saldo em 31 de dezembro de 2019 9.640 175.758 1.338.056 12.177 3.592.402 102.533 147.846 145.707 10.933.469 Custo dos ativos 31.354 482.444 3.170.144 7.218.441 12.177 4.182.756 102.533 147.846 145.707 15.493.402 14.643.190 (1.832.088)(1.406.192)Depreciação (21.714)(306.686)(590.354)(4.157.034)(3.709.721)Saldo em 31 de dezembro de 2019 175.758 1.338.056 5.812.249 12.177 3.592.402 102.533 145.707 10.933.469 9.640 147.846 11.336.368 Vida útil estimada em anos 16 - 25 02 - 31 02 - 50 24 - 35 02 - 54

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso estão representados pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais) e edificações.

15.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitações de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2019, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 106.120 (R\$ 170.308 em 2018). O total de gastos com paradas programadas de tanques, no ano de 2019, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 123.205 (R\$ 77.444 em 2018).

15.3 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2017, com a consequente revisão da vida útil econômica dos navios da Transpetro.

Nesse sentido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 88.205 em 2018 referente aos efeitos da revisão de vida útil dos navios petroleiros de 25 para 30 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 3,33% a.a, bem como dos navios gaseiros de 25 para 35 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 2,86% a.a.

15.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

A Administração da Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências de perda/reversão de recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

No final de 2018 a Transpetro possuía duas Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Transporte e Comboios-Hidrovia. Em 2019, com a adoção do IFRS 16, foi criada a UGC Dutos e Terminais, sendo contabilizado como Direito de Uso o Valor Presente Líquido dos contratos de arrendamento dos ativos operados nesse segmento.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs existentes em dezembro de 2019.

15.4.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 41 navios, foram consideradas as seguintes premissas:

- · Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da frota atual.
- · A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia da Petrobras.
- · Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- · Data-base: 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- · Receita bruta: com base na taxa diária de frete dos contratos vigentes com a Petrobras, que varia de um navio para outro com base na capacidade de carga transportada e tipo de operação. Após o término dos contratos vigentes foram considerados novos valores de fretes de acordo com as projeções de mercado.
- · Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, consumíveis, manutenção e encargos.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens. A depreciação é estimada pelo período de 2,5 anos (período médio entre docagens).
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IRPJ e CSLL) aplicada ao lucro antes dos impostos.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia aprovadas no plano de negócios 2020-2024, incluindo as entradas e saídas de navios em operação; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,28% e 5,84% (3,82% e 6,59% em 2018), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma reversão parcial da provisão de perda por desvalorização, no montante total de R\$ 424.931, em decorrência, principalmente, do efeito positivo nos preços dos fretes em reais, por conta do aumento nas projeções de taxa de câmbio (R\$/US\$) constantes nos Planos de Negócios e Gestão 2020-24 da Transpetro e Petrobras quando comparados aos valores projetados no plano anterior.

15.4.2 UGC Comboios-Hidrovia

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

O laudo técnico não constatou alteração relevante em relação ao ano anterior. Desta forma, foram mantidos os saldos de 2018.

15.4.3 UGC Dutos e Terminais

Para a UGC Dutos e Terminais, não há indicativo de perda por desvalorização.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Processos judiciais e contingências

16.1 Processos judiciais provisionados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

		Controladora e Consolida		
	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2018
Processos judiciais trabalhistas (i)	207.278	63.360	(42.802)	186.720
Processos judiciais cíveis	4.733	2.013	(16.531)	19.251
Processos judiciais tributários (ii)	2.363	2.292	(39.712)	39.783
Total provisionado no passivo não circulante	214.374	67.665	(99.045)	245.754

- (i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, sobretudo aqueles referentes as ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR).
- (ii) O Imposto Predial Territorial Urbano IPTU, devido ao Município de Santos exercícios 2004 a 2018, foi pago pela Transpetro com a inclusão no REFIS/2018.

16.2 Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstrase a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
Ações	31.12.2019	31.12.2018		
Trabalhistas e previdenciárias	511.891	521.558		
Tributárias	502.544	429.091		
Civeis e ambientais	150.443	82.228		
Outras	3.509	-		
	1.168.387	1.032.877		

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2019, segregados por esfera estão informados abaixo:

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Verbas rescisórias e trabalhistas	226.864	3.388
RMNR (a)	160.272	563
Reparação de danos	46.437	138
Horas extras	5.848	14
Demais ações	72.470	291
	511.891	4.394

(a) Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento da RMNR. São autores dessas ações o SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

Houve publicação do acórdão do TST negando provimento aos Embargos Declaratórios oferecidos pela Companhia. Dessa decisão a TRANSPETRO, juntamente com a PETROBRAS, recorreu, via Recurso Extraordinário, ao STF. Há "liminar" deferida pelo STF suspendendo todos os processos em curso envolvendo a matéria até decisão definitiva a ser proferida pelo próprio STF. Mantida a expectativa de perda "possível".

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2.2 Tributárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Lucros Auferidos no exterior (a)	147.636	1
INSS - Gratificações/Bônus de desempenho (b)	122.773	4
Diferença de RAT - benzeno e ruído (c)	66.129	3
Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (d)	52.638	1
INSS - Solidariedade - AMS (e)	35.611	1
Diversos (f)	77.757	51
	502.544	61

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relatadas a seguir:

(a) Lucros Auferidos no exterior - R\$ 147.636.

A Companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº 16682.721230/2018-51, que aborda a cobrança de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A Companhia apresentou impugnação, que foi julgada improcedente em 11/04/2019. A Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF. O valor atualizado é de R\$ 147.636.

(b) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho - R\$ 122.773.

Trata-se de processos iniciados pela Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos: gratificação extraordinária gerencial e bônus de desempenho. A Companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Execução Fiscal nº 5013014-30.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 46.244; (ii) Execução Fiscal nº 5091649-25.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 19.739; (iii) Execução Fiscal nº 5076134-47.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 839 e; (iv) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720826/2018-34, com valor de exposição de R\$ 55.951.

(c) Diferença de RAT – benzeno e ruído – R\$ 66.129.

Trata-se da cobrança de contribuição previdenciária adicional para custeio de aposentadoria especial em decorrência da alegação do INSS de exposição a benzeno e a ruído de empregados da Companhia. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720521/2014-07, com valor de exposição atualizado de R\$ 55.537; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-726.137/2019-86, com valor de exposição atualizado de R\$ 9.360 e; Processo Administrativo Fiscal nº 10580-726.139/2019-75, com valor de exposição atualizado de R\$ 1.232.

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 - R\$ 52.638.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da TRANSPETRO no ano de 2016, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formuladas pela Companhia e não homologadas pela Receita Federal, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (exercício 2007), com débitos de estimativa de CIDE Remessas ao Exterior, PIS, COFINS e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A Companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que a não homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativo de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

como na sua glosa na composição do Saldo Negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/17, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela Companhia. Em 24/05/2017, a Companhia interpôs recurso de Apelação contra a decisão, que está concluso para julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. O valor atualizado é de R\$ 52.638.

(e) INSS - Solidariedade AMS - R\$ 35.611.

Trata-se de controvérsia administrativa gerada pela autuação direcionada à "Holding" — com inclusão da TRANSPETRO na condição de devedora solidária — sob fundamentação de não terem sido recolhidas as contribuições previdenciárias, a cargo dos profissionais da área de saúde credenciados, no regime de escolha dirigida, no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), plano de saúde oferecido aos empregados da Companhia e seus dependentes da Companhia. No julgamento do Recurso Voluntário dos contribuintes, o CARF manteve o lançamento realizado pela autoridade fazendária, rejeitando as teses apresentadas pela TRANSPETRO e pela Holding. Foi interposto Recurso Especial que está pendente de julgamento. O débito tributário atualizado alcança o valor de R\$ 35.611, em alinhamento com a Holding.

(f) Demais 51 Processos - R\$ 77.757

Há outros 51 processos em curso sobre temas tributários diversos com classificação de expectativa de perda possível. A Companhia mantém de modo diligente o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações qualquer movimentação processual.

16.3 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	206.068	197.507
Tributárias	9.120	8.024
Civeis e ambientais	32.570	32.536
Trabalhistas e previdenciárias	164.378	156.947
	31.12.2019	31.12.2018

16.4 Contingências Ativas

A Transpetro é detentora de um crédito reconhecido em procedimento arbitral no montante de R\$ 421.940, base dezembro/2019, que está sob discussão judicial, cujos assessores jurídicos entendem que possui ganho provável, e, portanto, não passível de registro contábil.

17. Salários, férias, encargos e participações

		Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Provisão de férias e 13º salário	239.919	210.264
Participação nos lucros e resultados	60.128	87.998
Programa de Desenvovimento Superior (PDS)	91.431	-
Salários, encargos e outras provisões	24.999	15.464
	416.477	313.726

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.1 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais — SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

A PLR será aplicada aos empregados do quadro de mar e a provisão reconhecida para 2019 é de R\$ 71.984, sendo concedido, à título de adiantamento, o montante de R\$ 11.856.

17.2 Remuneração variável

Programa de Desenvolvimento Superior – PDS

No 2º Trimestre de 2019, o Conselho de Administração da Transpetro aprovou o Programa de Prêmio por Desempenho Superior (PDS). O programa tem objetivo de estimular a orientação para resultados e a gestão de pessoas com foco na meritocracia, permitindo o pagamento de prêmio, em parcela única anualmente, considerando o desempenho da empresa e dos empregados.

O saldo de R\$ 91.431 representa a provisão reconhecida para o exercício de 2019.

17.3 Novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR)

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração com objetivo de ajustar as novas iniciativas de gestão de pessoas às necessidades de negócio atuais e futuras da Companhia, além de atender às demandas dos próprios empregados por reconhecimento e modelos de trabalho mais inovadores.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cuja adesão ao PCR foi realizada pelos empregados, de forma voluntária.

Neste processo a Companhia concedeu um abono aos empregados que aderiram ao PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano e desembolsou o total de R\$ 61.418, registrado em outras despesas operacionais nos exercícios de 2018 e 2019, referentes aos 3.106 empregados que aderiram ao programa .

18 Benefícios pós-emprego

Planos de pensão e saúde

18.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2019, tais contribuições somaram R\$ 85.945 (R\$ 78.756 em 2018) na proporção de 1x1 em paridade com o empregado. A quantidade de participantes total do plano em 2019 é de 5.193 ativos e 127 assistidos (4.725 ativos e 103 assistidos em 2018).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do contribuinte. As contribuições esperadas, para 2020, são de R\$ 95.991 referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019, é de 23,34 anos (19,68 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 452.594 (R\$ 195.767 em 2018).

18.1.1 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer ás normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 no período entre 2020 a 2024 são de: 0% a 100% em renda fixa, 0% a 45% em renda variável, 0% a 10% em imobiliário, 0% a 15% em operações com participantes, 0% a 20% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrado:

		Consolidado
	2019	2018
Títulos Públicos	56,22%	69,81%
Fundos de Investimentos	36,05%	20,59%
Ações	3,24%	3,24%
Investiment os Mobiliários	0,93%	1,38%
Outros	3,56%	4,98%
	100,00%	100,00%

18.2 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Transpetro mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde, tendo em vista o aumento da expectativa de vida dos beneficiários. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2019 é de 30,82 anos (32,57 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 1.277.073 (R\$ 778.958 em 2018).

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.3 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

						Joi isolidado
			2019			2018
	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total	Plano Petros 2	Plano de saúde AMS	Total
Movimentação do valor presente das	_					
obrigações atuariais						
Obrigação atuarial no início do exercício	273.098	778.958	1.052.056	192.647	632.716	825.363
Cust o dos juros	24.987	71.192	96.179	18.385	60.340	78.725
Custo do serviço corrente	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de						
assistidos	(9.371)	(6.862)	(16.233)	(8.075)	(2.832)	(10.907)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais –						
experiência	27.101	(130.953)	(103.852)	9.831	(162.358)	(152.527)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais –						
hipót eses demográficas	(20.556)	(33.713)	(54.269)	-	33.673	33.673
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais –						
hipót eses financeiras	256.892	500.556	757.448	47.095	154.295	201.390
Outros			-			-
Obrigação atuarial no fim do exercício	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
Movimentação no valor justo dos ativos do						
plano						
Ativos do plano no início do exercício	(77.330)	-	(77.330)	(58.315)	-	(58.315)
Receit a de juros	(6.936)	-	(6.936)	(5.454)	-	(5.454)
Contribuições pagas pela empresa	-	-	-		-	-
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de						
assistidos	9.371	-	9.371	8.075	-	8.075
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior						
a receita de juros	(43.010)	-	(43.010)	(21.636)	-	(21.636)
Outros			-			-
Ativos do plano no fim do exercício	(117.905)	-	(117.905)	(77.330)	-	(77.330)
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	570.499	1.277.073	1.847.572	273.097	778.958	1.052.055
(-) Valor justo dos ativos do plano	(117.905)		(117.905)	(77.330)		(77.330)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725
Movimentação do passivo atuarial líquido		-		-		
Saldo em 1º de janeiro	195.767	778.958	974.725	134.333	632.716	767.049
(+)/(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em						
out ros resultados abrangentes	220.427	335.890	556.317	35.290	25.610	60.900
(+) Oust os incorridos no exercício	18.348	97.895	116.243	13.214	63.124	76.338
(+) Impact o dos juros líquidos	18.052	71.192	89.244	12.930	60.340	73.270
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de						
assistidos	-	(6.862)	(6.862)	-	(2.832)	(2.832)
Outros		. ,	/		. ,	,
Saldo em 31 de dezembro	452.594	1.277.073	1.729.667	195.767	778.958	974.725

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.4 Componentes do benefício pós emprego

					Cor	nsolidado
	Petros 2	AMS	Total 2019	Petros 2	AMS	Total 2018
Custo do serviço Juros líquidos sobre passivo/ (ativo) líquido	18.348 18.052	97.895 71.192	116.243 89.244	13.214 12.930	63.124 60.340	76.338 73.270
Custo Líquido do exercício	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608
Relativa a empregados ativos: Absorvida no custeio das atividades operacionais	36.400	162.225	198.625	26.144	120.632	146.776
Relativa aos assistidos		6.862	6.862		2.832	2.832
Custo Líquido do exercício	36.400	169.087	205.487	26.144	123.464	149.608

18.5 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

Hipóteses financeiras - Petros 2	2019	2018
Taxa de descont o (nominal) ao ano	7,30%	9,22%
Taxa de retorno (nominal) de ativos	7,30%	9,22%
Crescimento salarial		2019: 7,28%
d escriterito salariar	6,40%	A partir de 2020: 6,84%
Inflação	3,61%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano	3,61%	4,01%
Fator capacidade	100%	100%
Hipóteses financeiras - Plano de Saúde - AMS	2019	2018
Taxa de desconto (nominal) atuarial	7,20%	9,15%
Inflação	3,61%	4,01%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Terrestre	2,30%	1,73%
Taxa de reajuste de benefício do plano - Marítimo		
	1,79%	1,73%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela "Crescimento dos	Tabela "Crescimento dos
Taxa do di occimento doc edelece inicalece	Cust os Médicos de 2019"	Custos Médicos de 2018"
Taxa nominal de crescimento salarial		2019: 7,28%
Taxa Horrinal de di esdifficite salariai	2,696%	A partir de 2020: 6,84%

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Hipóteses biométricas - Petros 2	2019	2018
Tabua de Mortalidade	AT - 2000 feminina suavizada em 10%	AT - 2000 feminina suavizada em 10%
Tabua de Mortalidade de inválidos	IABP-57 (Forte)	IABP-57 (Forte)
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Rotatividade	0,42%	Nula
Composição familiar - ativos e assistidos	81% dos participantes casados com cônjuge 2,5 anos mais nova, considerando o titular masculino	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade
Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde - AMS	2019	2018
Tabua de Mortalidade Tabua de Mortalidade de inválidos Tábua de entrada de invalidez	EX_PETROS 2013 AT-49 Masculina Grupo Americana	EX_PETROS 2013 AT-49 Masculina Grupo Americana
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro 2019	Tabela Rotatividade Transpetro 2018
Composição familiar - ativos	83% dos participant es do sexo masculino e 29% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6,35 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 1,88 anos mais novo e 1,61 filhos do sexo feminino na idade de 26 anos na data do início do benefício.	78% dos participantes do sexo masculino e 73% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.
Composição familiar - assistidos	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Entrada em aposentadoria	Masculino: 57 anos Feminino: 55 anos	Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.6 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós- emprego:

1		0		
				2019
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Aumento de 1% na taxa de desconto	Redução de 1% na taxa de desconto	Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares	Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares
Plano Petros 2				
Aumento/ (redução) no custo do serviço	(12.084)	17.316	-	-
Aumento/ (redução) no custo dos juros	(8.721)	9.308	-	-
Aument o/ (redução) no valor present e das obrigações	(173.434)	237.812	-	-
Plano de Saúde - AMS				
Aumento/ (redução) no custo do serviço	(31.411)	42.468	44.516	(33.202)
Aumento/ (redução) no custo dos juros	(8.028)	8.573	24.778	(18.517)
Aument o/ (redução) no valor present e das obrigações	(253.489)	344.135	344.385	(257.367)

18.7 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	6.804	6.927	7.000	6.962	542.806
Benefícios de saúde pós-emprego	5.050	6.262	7.224	17.447	1.241.090

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Financiamentos

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2019 e 2018:

Banco	Saldo 31.12.2018	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações A Principal (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo 31.12.2019
BNDES - CP	249.971	598.362	-	(246.350)	(340.825)	-	-	-	261.158
BNDES - LP	4.739.727	(598.362)	652.652	-	-	7.234	473.857	290.337	5.565.445
Banco do Brasil - CP	52.109	81.835	-	(43.183)	(33.496)	-	-	-	57.265
Banco do Brasil - LP	839.286	(81.835)	41.728	-	-	-	79.679	-	878.858
ŒF- CP	1.595	5.450	-	(1.901)	(825)	-	-	-	4.319
ŒF - LP	80.822	(5.450)	-	-	-	-	8.025	-	83.397
Total	5.963.510	-	694.380	(291.434)	(375.146)	7.234	561.561	290.337	6.850.442

Banco	Saldo 31.12.2017	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo 31.12.2018
BNDES - CP	235.238	840.316	-	(510.152)	(315.431)	-	-	-	249.971
BNDES - LP	4.475.301	(840.316)	228.049	-	-	33.697	400.440	442.556	4.739.727
Banco do Brasil - CP	43.231	70.141	-	-	-	-	-	-	113.372
Banco do Brasil - LP	753.723	(70.141)	15.568	(34.176)	(27.087)	4.097	68.365	67.674	778.023
ŒF-Œ	560	2.059	-	-	-	-	-	-	2.619
ŒF - LP	76.671	(2.059)	-	(697)	(327)	-	6.210	-	79.798
Total	5.584.724	-	243.617	(545.025)	(342.845)	37.794	475.015	510.230	5.963.510

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

Total dos financiamentos	6.527.700	5.659.835
2023 em diant e	5.742.020	4.685.193
2022	404.269	344.989
2021	381.410	339.042
2020		290.611
	31.12.2019	31.12.2018

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.1 PROMEF

A Transpetro iniciou o ano de 2019 com contratos de financiamentos referentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de R\$ 6.750.584 (valor histórico de contrato), sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2% a 3% a.a. para os itens nacionais e importados.

Seguem abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R\$ 6.750.584:

Estaleiro	Tipo	Qtd	Total	Entregues		Postergados		Cancelados		Bancos
	Про	QLU	TOTAL	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Daricos
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Suezmax	10	2.855.763	10	2.855.763	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Aframax	5	1.282.577	5	1.282.577	-	-	-	-	BNDES
Estaleiro Mauá Petro Um S.A.	Tanque/produto	4	651.687	4	651.687	-	-	-	-	BNDES
EISA- Estaleiro Ilha S.A.	Panamax (*)	4	910.664	1	234.059	-	-	3	676.605	BNDES
Estaleiro Promar S.A.	Gaseiros	6	617.576	6	617.576	-	-	-	-	Banco do Brasil
Estaleiro Rio Tietê	Comboios (**)	20	432.317	4	88.484	16	343.833	-	-	ŒF
Total Geral		49	6.750.584	30	5.730.146	16	343.833	3	676.605	

(*)Contratos de construção de 3 Navios Panamax junto ao estaleiro EISA, que foram rescindidos em 2015 e hibernados em janeiro de 2018. Em abril de 2018, a Companhia decidiu por não retomar a construção dos 3 navios cancelando os projetos de construção e providenciando a quitação da dívida existente relativa aos 03 navios com o agente financeiro.

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

Em outubro de 2019, após aceitar a proposta realizada pelo Juízo de Araçatuba de exonerar o dever do ERT de manter a fiança bancária contra a liberação de valor correspondente oriundo de parte do pagamento em juízo do 4º comboio, a Companhia recebeu o valor referente ao adiantamento, no montante de R\$17.423 atualizado pela SELIC desde novembro de 2016.

Dos navios entregues, 2 Aframax foram finalizados e entraram em operação no exercício de 2019 (navios Portinari e Garrincha).

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até o quarto trimestre de 2019 foram:

Total Recursos Próprios	8.463.437	7.891.789
Recursos Próprios / Outros	1.612.996	1.928.279
Amortizações ef et uadas	(3.284.488)	(2.617.908)
Juros a Resultado	2.210.990	1.649.429
Juros Capit alizados	565.955	558.721
Financiamentos (Captação)	7.357.985	6.373.268
Valores Disponibizados de Recursos	31.12.2019	31.12.2018

No exercício de 2019, tais navios geraram receita líquida de R\$ 868.331 com custos operacionais de R\$ 630.505 e R\$ 561.561 referentes aos juros da dívida.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Arrendamento mercantil

20.1 Arrendamento mercantil - Arrendatário

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 aos contratos identificados como arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa 17.1 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018. Os principais itens arrendados estão representados, principalmente, pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais), embarcações e edificações.

A movimentação desses contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir.

								Consolidado
	Saldo final	Adoção do	Remensuração/	Pagamentos	Encargos	Variações	Ajuste	Saldo final
	em	IFRS 16	Novos Contratos	de Principal	incorridos no	Monetárias	acumulado	em
	31.12.2018	IFKS 10	NOVOS CONTRACOS	e Juros	exercício	Wionetanas	de conversão	31.12.2019
País	3.820	3.809.096	367.786	(724.946)	358.919	(2.656)	-	3.812.019
Exterior	-	2.414.531		(531.589)	123.547	(53)	178.030	2.184.466
Total	3.820	6.223.627	367.786	(1.256.535)	482.466	(2.709)	178.030	5.996.485

A seguir são apresentadas as principais informações por família de contratos de arrendamento:

					Consolidado
Fluxos de caixa contratuais descontados	Adoção Inicial	Saldo Final	Impostos a Recuperar	Taxa Desconto	Prazo Médio
Sem reajuste - exterior (*)					
- Embarcações	2.414.531	2.184.466	-	5,4 a.a.	6,3 anos
Com reajuste - país					
- Instalações	3.677.969	3.712.924	343.445	9,4 a.a	39,5 anos
- Outros	131.127	99.095	4.681	8,9 a.a	7,2 anos
Total	6.223.627	5.996.485	348.126	7,8 a.a	26,9 anos

^(*) contratos firmados na moeda norte-americana - US\$.

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

								Consolidado
Fluxos de caixa contratuais não descontados	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total	Impostos a Recuperar
Sem Reajuste - Exterior (*)								
- Embarcações	491.983	450.557	430.113	356.378	233.475	625.172	2.587.678	-
Com Reajuste - País								
- Instalações	965.013	685.588	260.887	260.887	260.887	12.718.254	15.151.516	1.401.515
- Outros	35.042	18.980	17.212	10.231	7.913	47.614	136.992	8.019
Total	1.492.038	1.155.125	708.212	627.496	502.275	13.391.040	17.876.186	1.409.534

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.2 Arrendamento mercantil – Arrendador

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo *Time Charter Party* com a Petrobras, no qual a sua frota de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro.

A Companhia classifica esse contrato como um arrendamento mercantil operacional e os recebimentos esperados, com base em 31 de dezembro de 2019, estão estimados da seguinte forma:

Vencimento em	2020	2021	Total
Valores de arrendamento operacional a receber	1.374.264	487.630	1.861.894

(b) Navios arrendados pela TI BV

A atual frota arrendada da TI BV é subafretada à Petrobras e desde a aplicação inicial do IFRS 16, em 01º de janeiro de 2019, todos os contratos de subarrendamento foram classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os vencimentos dos valores de arrendamento a receber, com base em 31 de dezembro 2019, estão estimados da seguinte forma (em milhares de dólares).

Venciment o em	2020	2021	2022	2023	2024 2025 em diante	Total
Valores de arrendamento não descontados a rec	eber 119.867	113.446	107.417	87.903	56.659 142.619	627.911

21. Patrimônio líquido (Controladora)

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.403.344, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

21.2 Reservas de lucro

21.2.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.2.2 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados consumiu todo o saldo da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 87.653, proveniente do resultado acumulado de subvenções de investimentos geradas nos resultados de 2013 a 2017. No exercício de 2019, a reserva foi totalmente recomposta, totalizando o montante de R\$ 99.619.

21.3 Reservas de capital

21.3.1 Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

Em 31 de dezembro de 2018, parte do saldo de prejuízos acumulados foi absorvido pela reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de R\$ 5.792.

21.4 Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2019, foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente, os seguintes efeitos:

(a) Ajuste acumulado de conversão

Ajuste credor, no montante de R\$ 46.449, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controlada no exterior em moeda funcional diferente do real, referente a empresa TIBV.

	Controladora e	e Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Ajust es acumulados de conversão	46.449	176.274
Total	46.449	176.274
lotai	70.773	170.217

(b) Ganhos e Perdas atuariais

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2019 e 2018, seguem demonstrados:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018		
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão	(220.427)	(35.290)		
(-) Efeitos tributários	74.945	11.998		
	(145.482)	(23.292)		
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	(335.889)	(25.610)		
Total	(481.371)	(48.902)		

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.5 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2019, encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, foi de R\$ 172.125, sendo R\$ 43.031 relativos aos 25% de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 129.094 como dividendos adicionais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

22. Resultado por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro atribuível ao acionista controlador	610.649	(809.222)
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,18	(0,24)

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

23. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

		Controladora		Consolidado
	01.01.2019 a	01.01.2018 a	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita de serviços prestados	8.450.739	7.878.972	8.949.063	8.839.276
Encargos sobre serviços	(1.261.660)	(1.198.784)	(1.261.660)	(1.198.784)
Receita líquida de serviços prestados	7.189.079	6.680.188	7.687.403	7.640.492

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.1 Desagregação da receita

		Controladora		Consolidado
	01.01.2019 a	01.01.2018 a	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Terminais Aquaviários	2.549.206	2.446.795	2.549.206	2.446.795
Terminais Terrestres e Oleodutos	2.529.392	2.362.949	2.529.392	2.362.949
Gasodutos	827.753	702.681	827.753	702.681
Transporte Rodoviário	84.558	99.449	84.558	99.449
Serviços de Engenharia	15.300	-	15.300	-
Transporte Marítimo - Transpetro	1.182.870	1.068.314	1.182.870	1.068.314
Transporte Marítimo - TIBV	-	-	498.324	960.304
Receita de serviços prestados	7.189.079	6.680.188	7.687.403	7.640.492

24. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	01.01.2019 a	01.01.2018 a	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Gast os com pessoal	(2.353.510)	(2.153.337)	(2.355.780)	(2.155.609)
Gast os com materiais	(241.586)	(225.218)	(267.293)	(246.687)
Gast os com serviços	(1.422.259)	(1.395.894)	(1.705.502)	(1.706.628)
Energia elétrica	(316.162)	(301.719)	(316.162)	(301.719)
Depreciação e amortização (i)	(1.104.076)	(466.560)	(1.227.595)	(547.739)
Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc-Terceiros	(31.780)	(806.360)	(31.780)	(1.366.210)
Perda/ reversão no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
Outros gastos	(178.276)	(227.171)	(230.413)	(243.883)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)
Na Demonstração do Resultado				
Cust os dos serviços vendidos	(4.718.772)	(4.611.499)	(5.198.779)	(5.596.684)
Despesas com vendas	(41.613)	(35.752)	(41.613)	(35.752)
Despesas gerais e administrativas	(782.758)	(830.073)	(789.627)	(837.105)
Tributárias	(104.506)	(98.935)	(104.506)	(98.934)
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	424.931	(1.630.011)	424.931	(1.630.011)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)
Total	(5.433.827)	(7.392.993)	(5.911.019)	(8.393.730)

(i) Detalhamento na nota 15.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Outras despesas e receitas operacionais

		Controladora		Consolidado
	01.01.2019 a	01.01.2018 a	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita de multas contratuais	4.760	3.170	4.760	3.170
Recuperação de despesas contratuais	10.267	6.803	11.235	6.803
Receita de Gerenciamento Técnico de Navios	6.747	6.561	-	-
Plano de pensão e saúde inativos	(10.654)	(7.410)	(10.654)	(7.410)
Provisão para processos judiciais (i)	(8.443)	(7.249)	(8.443)	(7.249)
Provisão para Participação nos lucros (ii)	(128.870)	(112.925)	(128.870)	(112.925)
Despesa com abono	(3.237)	(58.510)	(3.237)	(58.510)
Provisão para programa de remuneração variável (iii)	(91.431)	-	(91.431)	-
(Perdas)/ Ganhos com processos judiciais (iv)	(13.857)	(30.291)	(13.857)	(30.291)
Ressarcimento de gastos referentes a Operação Lava Jato	450	600	450	600
Incentivos e subvenções governamentais	12.757	(791)	12.757	(791)
Outras receitas/ despesas	10.402	13.319	25.865	11.359
Total	(211.109)	(186.723)	(201.425)	(195.244)

- (i) Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso;
- (ii) Refere-se ao provisionamento de PLR de 2019 no montante de R\$ 71.984 e ao complemento da PLR de 2018 no valor de R\$ 56.886.
- (iii) Vide nota 17
- (iv) Baixa de depósitos judiciais mediante decisão judicial com alvarás expedidos;

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro líquido

		Controladora		Consolidado
	01.01.2019 a	01.01.2018 a	01.01.2019 a	01.01.2018 a
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	97.281	59.791	119.913	76.227
Receita com Subarrendamento - IFRS 16	-	-	126.315	-
Encargos financeiros sobre financiamento (PROMEF)	(561.561)	(475.014)	(561.561)	(475.014)
Encargos sobre arrendamentos	(333.929)	-	(457.477)	-
Outras receitas e despesas líquidas	(12.607)	9.679	(12.628)	9.425
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	13.860	(571)	14.198	2.481
Resultado financeiro líquido	(796.956)	(406.115)	(771.240)	(386.881)
Receitas	108.620	75.081	257.766	91.517
Despesas	(919.436)	(480.625)	(1.043.204)	(480.879)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	13.860	(571)	14.198	2.481
Total	(796.956)	(406.115)	(771.240)	(386.881)

27. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

		Controladora
	31.12.2019	31.12.2018
Transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo (assunção de dívida/ encargos capitalizados)	297.571	548.024
Arrendamento mercantil	4.178.819	-

28. Seguros

A frota de navios da Companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras.

Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2019 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norteamericanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	3.340.724	3.340.724
Responsabilidade civil - Por evento (*)	7.500.000	7.500.000

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28.1 Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2019:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A.	6.686

No que tange ao seguro garantia judicial, a Companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2019, o montante segurado de R\$ 685.459 com o intuito de garantir demandas judicias e administrativas, conforme abaixo:

Natureza da ação	AUSTRAL Seguradora	BTG Pactual Seguradora S/ A	FAIRFAX Seguros Corporativos S/ A	FATOR Seguradora S/ A	MAPFRE Serviços Gerais S/ A	POTTENCIAL Seguradora	ZURICH Minas Brasil Seguros	SWISS RE	Total Geral
Ação Anulatória	-	10.000	-	16.250	-	-	92.765	-	119.015
Ação Cautelar	-	6.197	-	-	-	-	975	-	7.172
Ação Civil	-	-	25.283	-	-	-	160	-	25.443
Ação de Tutela antecipada	26.654	-	-	-	-	-	-	-	26.654
Auto de Infração	-	15.142	-	-	-	-	-	-	15.142
Execução Fiscal	-	204.691	-	-	172.469	5.922	18.369	78	401.529
Reclamação Trabalhista	-	12.617	-	1.180	545	67.192	8.970	-	90.504
	26.654	248.647	25.283	17.430	173.014	73.114	121.239	78	685.459

Informamos que vinte e nove navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia perante às instituições financeiras.

29. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A seguir, breves esclarecimentos sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa, a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

29.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações é efetuada com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

29.1

29.1.1 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A exposição da Companhia é em função de sua dívida de longo prazo ser impactada por um possível aumento da TJLP. As despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto aos BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2019 em 5,57%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2019, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 95.392 e R\$ 190.785 (R\$ 104.063 e R\$ 208.126 em 2018), respectivamente.

29.1.2 Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também é realizada em dólar, reduzindo os efeitos de variação cambial.

29.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2020	2021-2023	2024 em diante	31.12.2019 (*)	31.12.2018
Principal	333.078	1.203.019	5.372.596	6.908.693	5.943.714
Juros	388.527	1.288.792	2.710.131	4.387.450	4.926.288
Total	721.605	2.491.811	8.082.727	11.296.143	10.870.002

^(*) Representa a soma dos valores nominais e inclui vencimentos contratuais remanescentes (2020 - 2024 em diante)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

29.1.4 Derivações clandestinas

Dentre os riscos monitorados pela Transpetro, estão as intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados nos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas colocam em risco a vida e a segurança das pessoas, do meio ambiente, das instalações sob nossa responsabilidade e a garantia de suprimento de mercado.

Em 2019 registramos 203 casos de furto ou tentativa de furto nos dutos sob nossa responsabilidade em todo o país, uma redução de 22% no número de ocorrências no comparativo com 2018. Do total de casos, 141 (69%) aconteceram no Estado de São Paulo e 40 (20%) no Estado do Rio de Janeiro, representando 89% das ocorrências.

Em junho de 2019, a Petrobras lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (PRÓ-DUTOS), com o objetivo de ampliar e integrar as ações da Petrobras e Transpetro, visando minimizar as ocorrências com a consequente redução dos riscos e impactos oriundos de derivações clandestinas. No seu lançamento, foram assinados protocolos de intenções com os governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo para cooperação com os órgãos públicos de inteligência e segurança.

Em um cenário em que as ações criminosas são favorecidas pela inexistência de uma legislação específica que tipifique o crime, em 2019 destacamos a participação na elaboração do projeto de lei para crimes de furto e roubo de combustíveis (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.455/2017), com o agravamento de penas e perdimento dos bens apreendidos.

Nas operações de proteção de dutos, foram reforçadas as inspeções nas faixas de dutos com o objetivo de detectar e localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. Foram intensificadas as ações de monitoramento ostensivo nas faixas de dutos com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

A Companhia vem trabalhando de forma integrada com a Petrobras, colaborando com as investigações das autoridades de segurança pública e investindo constantemente no desenvolvimento de novas tecnologias.

Destaca-se também a constante interação com os órgãos públicos com a finalidade de colaboração para a troca de informações e apoio técnico recíproco no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Além do convênio celebrado em 2018 com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em 2019 nos aproximamos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP).

30. Eventos subsequentes

- a) Em 17 de janeiro de 2020, a Transpetro realizou a liquidação antecipada dos contratos de financiamento referentes aos navios gaseiros Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Barbosa Lima Sobrinho, Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Jorge Amado, firmados com o Banco do Brasil no montante de R\$ 931.992. Na avaliação da Companhia, a liquidação antecipada desses contratos, faz parte de um processo de gestão de dívidas e otimização de caixa. Neste contexto a Diretoria Executiva aprovou o pré-pagamento do restante da dívida da Transpetro em 07.01.2020.
- b) Em 01 de fevereiro de 2020, a Transpetro concretizou a venda do navio Lorena Br, obtendo resultado positivo na operação de R\$ 6.465 mil.

Informação Complementar (Não auditada)

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanço Social (Não auditado)

1. BASE DE CÁLCULO	2019	2018	·			
Receita Líquida (RL)	7.687.403	7.640.492				
Resultado Operacional (RO)	1.134.014	(1.027.195)				
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.520.878	2.247.341				
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2019	% sobre FPB	% sobre RL	2018	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	55.679	2,21%	0,72%	48.110	2,14%	0,63%
Encargos sociais compulsórios	411.423	16,32%	5,35%	350.563	15,60%	4,59%
Previdência privada	70.175	2,78%	0,91%	64.438	2,87%	0,84%
Saúde	220.863	8,76%	2,87%	58.093	2,58%	0,76%
Segurança e medicina no trabalho	106.083	4,21%	1,38%	100.979	4,49%	1,32%
Educação	29.958	1,19%	0,39%	28.616	1,27%	0,37%
Qultura	12.258	0,49%	0,16%	1.954	0,09%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.998	0,36%	0,12%	6.590	0,29%	0,09%
Creche/ Auxílio creche	3.485	0,14%	0,05%	5.565	0,25%	0,07%
Participação nos resultados	128.870	5,11%	1,68%	112.925	5,02%	1,48%
Total - Indicadores sociais internos	1.142.460	45,32%	14,86%	777.833	34,61%	10,18%
		,			- ,	-,
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
Educação	620	0,02%	0,01%	844	0,04%	0,01%
Oultura	316	0,01%	0,00%	430	0,02%	0,01%
Esporte	100	0,00%	0,00%	136	0,01%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	14	0,00%	0,00%	20	0,00%	0,00%
Outros Total das contribuições para a sociedada	623 1.673	0,02% 0,07%	0,01%	848	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade Tributos (excluídos encargos sociais)	1.741.646	69,09%	0,02% 22,66%	2.278 960.473	0,10% 42,74%	0,03% 12,57%
Total - Indicadores sociais externos	1.741.040			960.473	42,74%	
Total - Indicadores sociais externos	1.743.319	69,16%	22,68%	902.731	42,04%	12,60%
4. INDICADORES AMBIENTAIS						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da						
empresa	24.316	0,96%	0,32%	37.156	1,65%	0,49%
Investimentos e programas e/ ou projetos externos	1.782	0,07% 1,04%	0,02%	1.981	0,09%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	26.098	1,0470	0,34%	39.137	1,74%	0,51%
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL			2019			2018
Número de empregados ao fim do período			6.843			6.934
Número de admissões durante o período			320			1.004
Número de empregados de empresas prestadoras de serviços			428			4.768
Número de estagiários			171			187
Número de empregados acima de 45 anos			3.228			3.147
Número de mulheres que trabalham na companhia Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres			833 10,00%			10,60%
Número de negros que trabalham na companhia			2.513			2.508
Percent ual de cargos de chefia ocupados por negros			25,00%			23,80%
Número de empregados com deficiência			35			105

Informação Complementar (Não auditada)

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CI		2018							
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa									
Número total de acidentes de trabalho			31			33			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	()todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) todos+ GPA	() direção e gerências	() todos os empregados	(X) todos + CIPA			
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() Não se envolve	() Segue as normas da OIT	(x) Incentiva e segue a OIT	() Não se envolverá	() Seguirá as normas da OIT	(X) Incentivará e segue a OIT			
A previdência complementar contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados			
A participação dos lucros e resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de	() Não são	()São	(x) São	() Não são	()São	(x) São			
responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	considerados	sugeridos	exigidos	considerados	sugeridos	exigidos			
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() Não se envolve	() Anoia	(X) Organiza e	() Não se envolve	() Apoia	(X) Organiza			
			incentiva			e incentiva			
Valor adicionado a distribuir			6.278.160			4.536.275			
Distribuição do valor adicionado (DVA)	govei	no 31% cola	boradores 39%	gove	rno 23% cola	boradores 50%			

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Conselho de Administração

Carlos Felipe Guimarães Lodi Presidente

Guilherme José Macedo Pinheiro de Lima Conselheiro Diógenes Dantas Filho Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto Conselheiro

Gilberto Souza Esmeraldo Conselheiro Rawflin Praia Bezerra Conselheiro Edson Leonardo Dalescio Sá Teles Conselheiro

Fabiana Graças Silva dos Anjos Conselheira

Diretoria Executiva

Antonio Rubens Silva Silvino Presidente

Marcos Benício Pompa Antunes Diretor de Dutos e Terminais Jair Toledo de Souza Diretor de Transport e Marítimo

Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo Diretor Financeiro Gilberto Moura da Silva Diretor de Serviços

Roberto David Mendes da Silva Gerente Executivo de Controladoria Mauricio Sergio Alves Marques Gerent e de Contabilidade Contador CRC- RJ- 068407/O



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A.-Transpetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras –e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nos 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2020

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual Integrado de 2019, as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o Orçamento Anual de Investimento para 2020 (Quadro de Usos e Fontes de Recursos – PAN 2020).

O Colegiado analisou, ainda, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2019, o qual registrou um lucro líquido de R\$ 610.649 mil, que após a compensação dos prejuízos acumulados de R\$ 324.603 mil, apresenta as seguintes destinações: (i) constituição da reserva legal de R\$ 14.302 mil; (ii) reserva de incentivos fiscais de R\$ 99.619 mil; (iii) dividendos obrigatórios R\$ 43.031 mil; e (iv) dividendos adicionais de R\$ 129.094 mil, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária prevista para abril de 2020.

Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 20 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020.

Eduardo Damazio da Silva Rezende Presidente

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho Conselheiro Gildenora Batista Dantas Milhomem Conselheira

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Transporte S.A.

1 - SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 13 de novembro de 2018, e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento é orientado pelo Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, e está sujeito às regras previstas na legislação - especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016.

Consoante seu Regimento Interno, o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) os cálculos e resultados atuariais dos planos de previdência e benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia; e (v) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Transpetro sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.

De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo Comitê baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), da Controladoria, da Ouvidoria e das demais Unidades da Companhia.

Desde a sua instalação, em 13 de novembro de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro independente do Conselho de Administração da Transpetro e Presidente do Comitê), Edson Soares Ferreira (membro externo independente) e Gerson Luiz Gonçalves (membro externo), sendo o Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto designado como especialista financeiro do Comitê, nos termos previstos na legislação brasileira e no Regimento Interno do CAE. Cumpre destacar ainda que, conforme prevê a lei nº 13.303/16, a maioria dos membros do Comitê atende aos critérios de independência estabelecidos em seu artigo 22, §1º.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

2 – RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório (de março/19 a fevereiro/20), o CAE realizou 45 reuniões, entre as quais 3 reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal e 2 reuniões conjuntas com o Comitê Estratégico e Financeiro (COESTFIN), órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Companhia. As reuniões contemplaram um total de 255 pautas, envolvendo sobretudo as áreas de Controladoria (DFIN/GECONT), Governança, Riscos e Conformidade (PRES/GRC), Auditoria Interna (AUDIN) e Ouvidoria, conforme detalha a Figura 1 adiante.

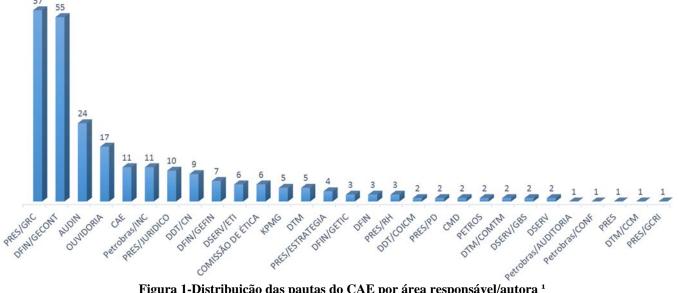


Figura 1-Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora 1

O gráfico abaixo demonstra a distribuição das 255 pautas apreciadas pelo CAE ao longo do período, por tema, conforme detalhado no item 3 deste relatório:

¹ As demais siglas do gráfico representam as seguintes unidades/órgãos: Petrobras/INC (Ger.Geral de Integridade Corporativa), PRES/JURIDICO (Ger. Executiva do Jurídico), DDT/CN (Ger. Exec. de Comercialização e Novos Negócios de Dutos e Terminais), DFIN/GEFIN (Ger. Exec. de Finanças), DSERV/ETI (Ger. Exec. de Engenharia, Tecnologia e Integridade), DTM (Diretoria de Transporte Marítimo), PRES/ESTRATEGIA (Ger. Exec. de Estratégia e Organização), DFIN/GETIC (Ger. Exec. de Tecnologia da Informação e Telecomunicações), PRES/PD (Ger. Exec. de Proteção de Dutos), CMD (Comitê de Medidas Disciplinares), PETROS (Fundação Petrobras de Seguridade Social), DTM/COMTM (Ger. Exec. de Comercialização e Novos Negócios de TM, DSERV/GBS (Ger. Exec. de Gestão de Bens e Serviços), Petrobras/AUDITORIA (Auditoria Interna da Petrobras holding), Petrobras/CONF (Ger. Exec. de Conformidade da Petrobras), PRES (Presidência), DTM/CCM (Ger.Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM) e PRES/GCRI (Ger.Exec. do Gabinete da Presidência, Comunicação e Relações Institucionais).

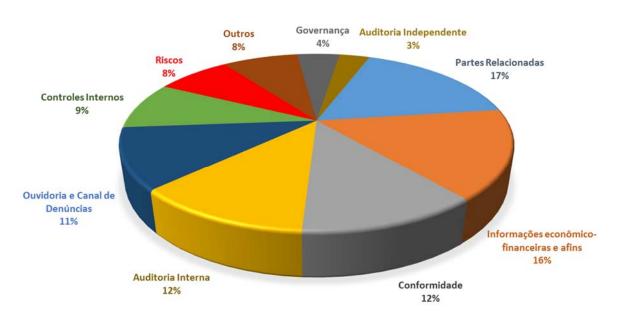


Figura 2 - Distribuição das pautas por grupo temático.

As matérias examinadas pelo CAE contemplaram o atendimento à programação anual de pautas permanentes aprovada pelo Comitê no início de cada ano, além de outros assuntos advindos de demandas feitas pelo órgão visando ao exercício de suas atribuições, de matérias submetidas ao Conselho de Administração que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Colegiado, e de sugestões e encaminhamentos feitos pelas diferentes áreas da Companhia em caráter extraordinário.

Em geral, as pautas apreciadas pelo CAE foram acompanhadas de apresentações e esclarecimentos realizados pelos Gerentes Executivos e gestores das Unidades responsáveis. Em alguns casos, a discussão dos temas ensejou também interações do Comitê com o Presidente, o Diretor Financeiro e outros membros da Diretoria Executiva.

O conteúdo e as deliberações das reuniões do Comitê são registrados em atas aprovadas pelos membros do CAE participantes, as quais são oportunamente encaminhadas para o conhecimento do Conselho de Administração, arquivadas na sede da Companhia e publicadas, em forma de extrato, no site da Companhia.

Adicionalmente, os assuntos de maior relevância abordados pelo CAE foram levados ao conhecimento do Conselho de Administração, por meio de reportes mensais apresentados pelo Presidente do Comitê durante as reuniões do Conselho, com o resumo das atividades e as manifestações do Comitê sobre as matérias examinadas. Trimestralmente, os principais destaques do CAE foram também objeto de reporte ao Comitê da Petrobras (*holding*), atendendo à recomendação da Controladora e em benefício ao alinhamento com a atuação daquele Colegiado.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

As demandas do CAE são registradas e comunicadas às áreas responsáveis com o apoio de um Assistente designado pelo Comitê, que, com o apoio da Secretaria Geral, realiza o diligenciamento do atendimento de cada demanda conforme os prazos estabelecidos.

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

No período deste relatório foram registradas pelo CAE 329 demandas, das quais 99% foram atendidas no próprio período ou estavam no prazo ou em análise pelo Comitê.

A Figura a seguir indica a posição das demandas do CAE por status e por área responsável.

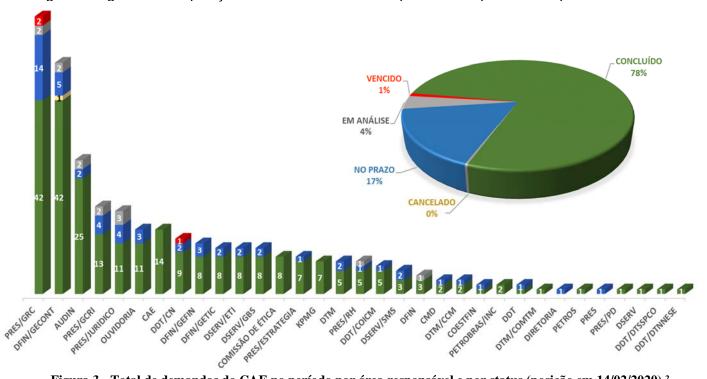


Figura 3 - Total de demandas do CAE no período por área responsável e por status (posição em 14/02/2020) ² ² As siglas acima representam as seguintes unidades/órgãos: DSERV/SMS (Ger.Exec. de Segurança, Meio Ambiente e Saúde),DTM/CCM (Ger.Exec. de

Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de TM), DDT/DTSSPCO (Gerência Executiva de Operação de Dutos e Terminais S/SP/CO) e DDT/DTNNESE (Ger. Exec. de Operação de Dutos e Terminais N/NE/SE). Para as demais siglas, consultar a Nota 1, complementar à Figura 1.

3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1 - Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Transpetro (AUDIN) está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar de forma ampla e independente a adequação dos controles e processos da Companhia, com foco nos principais riscos, reportando ao CAE as questões de maior relevância.

Conforme os requisitos dispostos na Portaria CGU nº 2.737/2017 e na Resolução CGPAR nº 21, o titular da Unidade de Auditoria possui mandato de 3 anos, vigente até julho/2021. Além disso, por força do Estatuto Social da Companhia, ele somente poderá ser destituído pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário.

Considerando demandas e fatos supervenientes, foi proposta, pela AUDIN, a adequação de seu Plano Anual de Atividades de 2019, avaliada pelo CAE e posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, com a substituição de trabalhos planejados para o ano por novas ações consideradas prioritárias.

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O índice de conclusão das ações de auditoria planejadas para 2019 encerrou o ano em 95%, desempenho superior aos anos anteriores. Em linhas gerais, os resultados e indicadores da Auditoria Interna - constantes do Relatório Anual de 2019, apreciado pelo CAE e submetido ao Conselho de Administração - denotam a evolução e melhoria dos processos e das atividades da Unidade, que também aprimorou o seu Programa de Qualidade em consonância com as normas da profissão e as melhores práticas.

Para 2020, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna avaliado pelo CAE e aprovado pelo Conselho prevê a realização de 37 trabalhos, abrangendo todos os segmentos de negócio da Companhia bem como os processos corporativos. Os trabalhos foram selecionados com base em uma avaliação de riscos e criticidade dos processos, e em uma visão plurianual que privilegia a rotação de ênfase.

A execução do Plano de Auditoria é acompanhada pelo CAE mensalmente com base em reportes e relatórios realizados pela área. Nessas ocasiões, são destacados os principais resultados dos trabalhos realizados, considerando a classificação de risco baseada em metodologia aprimorada em 2019, após discussão com o Comitê.

O titular da Unidade é convidado permanente das reuniões do CAE, e tem liberdade para encaminhar ao Colegiado os assuntos que julgar relevantes. Quando necessário o Comitê realiza também reuniões com os gestores das Unidades auditadas para acompanhar a evolução e o tratamento das ações de melhoria decorrentes de apontamentos de auditoria. Pontualmente, no período, foi realizada ainda reunião com a Auditoria Interna da Petrobras, que reportou o resultado de auditoria conjunta realizada na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

Além dos reportes periódicos, o Comitê monitora continuamente o desempenho das atividades da Auditoria Interna por meio de ferramentas específicas. Uma delas, implementada em 2019, é o questionário de avaliação de desempenho, por meio do qual os membros do CAE e o Presidente da Transpetro avaliam a performance, as competências e os principais atributos da Auditoria Interna em cinco dimensões: (i) conhecimento e habilidades; (ii) estrutura, recursos e regulamento; (iii) planejamento e execução dos trabalhos; (v) comunicação e (vi) resultados e performance. Os resultados da avaliação realizada em 2019 expressaram a avaliação positiva do Comitê sobre o trabalho desempenhado pela Auditoria Interna no exercício, ao passo que permitiram a identificação de potenciais melhorias a serem exploradas pela Unidade para os próximos anos.

Como forma de manter um canal independente das Gerências Executivas com o CAE e favorecer o monitoramento mais efetivo das atividades da Auditoria Interna, o CAE também realiza uma Pesquisa de Percepção do Cliente, respondida pelo titular da área auditada após o encerramento de cada trabalho, conforme questões previamente acordadas com este Comitê. Este canal, permite que as áreas relatem livremente eventuais críticas ou elogios à atuação da Unidade de Auditoria, que são de acesso confidencial e exclusivo da área que assessora o CAE. O resultado das avaliações é periodicamente analisado e discutido pelo Colegiado, que realiza o seu *feedback* à Auditoria Interna, sem a identificação das avaliações individuais.

3.2 - Auditoria Independente

Desde 2017, a KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir opinião independente em relação ao seu preparo e às práticas contábeis adotadas. Os exames da KPMG compreendem, também, a avaliação de controles internos, seja para fins da elaboração das demonstrações financeiras, seja para atender ao processo de certificação da Petrobras no âmbito da lei americana Sarbanes-Oxley (SOX).

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Ao longo do exercício, o CAE se reuniu com os auditores independentes regularmente para: (i) tratar de questões associadas à avaliação das demonstrações financeiras trimestrais e conhecer a opinião sobre os informes econômico-financeiros da Companhia; (ii) acompanhar a evolução dos trabalhos de auditoria, inclusive no tocante à certificação dos controles internos (SOx) para atendimento à Petrobras; (iii) discutir os pontos de atenção identificados e as deficiências apontadas com base na avaliação dos controles internos; e (iv) discutir, pontualmente, a natureza e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados e a materialidade adotada.

Durante os reportes regularmente realizados ao Comitê, os auditores independentes ratificaram sua independência, bem como a inexistência de qualquer restrição imposta pela administração à sua atuação. Além dos reportes, o CAE monitora e avalia periodicamente a atuação dos auditores independentes. Um dos instrumentos adotados com esta finalidade é o questionário de avaliação de desempenho, elaborado com base em referenciais de mercado e boas práticas de governança, por meio do qual os membros do CAE e os representantes da Área Financeira avaliam as diferentes dimensões do trabalho desempenhado pela firma de auditoria e do seu relacionamento com o Comitê. O resultado da avaliação realizada em 2019 revelou oportunidades pontuais de melhoria discutidas com a auditoria independente.

Por fim, cabe mencionar que o CAE acompanha e analisa o resultado da avaliação contratual dos serviços prestados pela KPMG, feita pelas áreas gestoras do referido contrato.

3.3 - Informações econômico-financeiras e afins

Ao longo do ano foram apreciadas 41 matérias relacionadas a informações econômico-financeiras distribuídas em 20 reuniões. As matérias destinaram-se sobretudo à apresentação dos resultados mensais da Companhia, além da apreciação das Demonstrações Financeiras trimestrais, encaminhadas para o Conselho de Administração. Foram reportados também os resultados econômicos da subsidiária Transpetro International B.V. (TI BV), bem como os principais destaques referentes à gestão e às operações da investida.

Durante as reuniões com a área responsável pela Contabilidade, foram também apresentadas algumas das práticas contábeis avaliadas como críticas, como: (i) vida útil dos navios; (ii) contencioso; e (iii) perda de crédito esperada. Além desses temas, o CAE reuniu-se com a Gerência Executiva de Controladoria, responsável pela Contabilidade, para tratar de assuntos avaliados como relevantes ao desempenho das atribuições do Comitê, tais como: (i) andamento dos trabalhos de fechamento contábil; (ii) aproveitamento de créditos tributários; (iii) acompanhamento do plano de ação para redução de lançamentos manuais; (iv) parâmetros/premissas e cálculo atuarial; (v) gestão da dívida; (vi) rentabilidade dos navios; (vii) plano para redução do offhire dos navios; e (viii) revisão das contas do razão.

Em relação às premissas do cálculo atuarial, o CAE recomendou à administração que avaliasse a adoção de premissas específicas para refletir a população de empregados da própria Companhia, como forma de aprimoramento/refinamento em substituição à adoção de parâmetros relativas à população de empregados da Petrobras.

A área Jurídica, por sua vez, apresenta o extrato trimestral do contencioso, destacando os processos mais relevantes, considerando cada classificação quanto ao risco de perda (possível, provável e remoto), bem como as movimentações mais significativas em cada período.

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

3.4 - Partes Relacionadas

Consoante o disposto na legislação e no Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê monitorar as transações com partes relacionadas. Este monitoramento foi realizado mediante: (i) a apreciação dos sumários trimestrais de transações com partes relacionadas, abrangendo as transações acima de R\$ 50 milhões, informadas pela Contabilidade; (ii) o monitoramento de pendências envolvendo transações com a Petrobras e outras empresas do Sistema; e (iii) a análise prévia de transações relevantes conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração.

Em relação à análise prévia, foram examinadas pelo Comitê, no período, 16 transações cujo valor total montou a R\$ 13,3 bilhões. As principais transações referem-se a contratos e negócios com a Petrobras, bem como a questões associadas aos contratos de financiamento em vigor, celebrados com instituições financeiras federais (Banco do Brasil e BNDES).

Cabe destacar que, em julho/19, o CAE validou a proposta de revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração, bem como o procedimento corporativo que desdobra a referida política, ambos alinhados às normas vigentes na Petrobras.

3.5 – Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos

A Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), vinculada diretamente ao Presidente, centraliza as ações de implantação, disseminação, suporte, avaliação e aprimoramento de políticas, diretrizes, práticas e controles que promovam o fortalecimento da governança e da gestão, bem como o tratamento dos riscos empresariais, conformidade e controles internos.

Conforme dispõe o Estatuto Social da Companhia, a Unidade realiza regularmente o reporte de suas atividades à Diretoria Executiva, ao CAE, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Para o CAE, foram realizados mensalmente reportes consolidados das atividades de GRC, além dos relatórios trimestrais submetidos ao Conselho e previamente apreciados pelo Comitê.

Em observância aos requisitos da Resolução CGPAR nº 21, o titular da GRC deve ser designado ou destituído pelo Conselho de Administração. Em linha com tal disposição, o Gerente Executivo da Unidade foi reconduzido e possui mandato vigente até novembro de 2021, conforme deliberado pelo Conselho.

3.5.1 - Governança

Foram apreciadas sete matérias sobre o tema: (i) políticas da Transpetro, (ii) adequação à lei n° 13.303/16 e auditoria TCU; (iii) aspectos de governança societária do Sistema Petrobras; (iv) criação da TRANSBEL (Sociedade de Propósito Específico constituída na condição de subsidiária integral da Transpetro para fins de arrendamento de área portuária objeto de leilão vencido pela Companhia); (v) Lei Geral de Proteção de Dados; (vi) Revisão do Regimento Interno do CA; e (vii) Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, submetida à aprovação do Conselho de Administração. Além disso, foram apresentados, pela Auditoria Interna, os resultados de trabalhos de auditoria relacionados a aspectos de governança na área de TI e na subsidiária TIBV.

Cabe mencionar que a Transpetro conquistou pela segunda vez consecutiva o grau máximo do indicador de governança criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), conforme avaliação realizada por representantes de instituições e órgãos independentes como Fundação

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Dom Cabral (FDC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getulio Vargas (FGV), Brasil Bolsa Balcão (B3) e outros.

3.5.2 - Riscos

Ao longo do exercício, o CAE tratou de assuntos afetos à gestão de riscos na Companhia, em especial o plano de atividades da área, a metodologia e o Mapa de Riscos Empresariais Monitorados (MAREM). Merece destaque o exame das propostas de apetite a risco e de definição dos riscos estratégicos da Companhia, elaboradas em atendimento à recomendações do CAE e aprovadas pelo Conselho de Administração. Esses instrumentos representam um marco importante que contribui com a visão estruturada e o monitoramento dos principais fatores de risco pela alta administração, com desdobramentos por toda a organização.

Além da abordagem metodológica, o CAE se reuniu com diferentes gestores para conhecer e discutir o tratamento e a mitigação de alguns dos riscos de maior severidade avaliados à luz da metodologia existente, como integridade de dutos e derivações clandestinas, bem como riscos de natureza tributária. Outros assuntos afetos à gestão e tratamento de riscos foram também discutidos pelo CAE com diferentes Unidades, como a execução do Plano Estratégico e suas variáveis de risco, o Plano Anual de Seguros, a confidencialidade da estimativa de custos de processos licitatórios, contratos comerciais e riscos relacionadas à gestão de áreas impactadas e eventuais contingências socioambientais delas decorrentes. Além disso, foram abordados, com a Auditoria Interna, os resultados do trabalho que avaliou o grau de maturidade da gestão de riscos na Companhia e identificou oportunidades de melhoria discutidas com a administração. Adicionalmente, foram tratadas 50 demandas envolvendo o tema riscos em diferentes processos e atividades da Companhia.

Para 2020, o Comitê implantou uma programação estruturada em base mensal para discutir com as áreas responsáveis os principais riscos empresariais e suas ações mitigatórias, começando pela Diretoria de Serviços e as Gerências Executivas a ela vinculadas. A expectativa é aprofundar as discussões ao longo do ano, considerando também o resultado do novo Mapa de Riscos Empresariais (MARE), atualmente em elaboração.

O Comitê segue priorizando a discussão deste tema em 2020, monitorando também a exploração de oportunidades de melhoria para o fortalecimento e a consolidação da gestão de riscos em toda a Companhia.

3.5.3 - Conformidade

O tema conformidade esteve presente em diversas discussões do CAE, realizadas com a presença do titular e de gestores da GRC, que trataram de tópicos como: (i) plano de ação para atendimento, pela Petrobras, ao Departamento de Justiça norte-americano (DoJ), (ii) reportes trimestrais com os resultados de processos investigativos coordenados pela Unidade; (iii) resultados da Pesquisa de Percepção da Conformidade realizada com o público interno; e (iv) matriz de riscos de fraude e corrupção.

Além desses tópicos, o CAE examinou diferentes matérias envolvendo o tema conformidade encaminhadas para deliberação do Conselho de Administração, como a revisão da Política de Conformidade Corporativa e do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção aplicado à Transpetro, e a criação do Comitê de Medidas Disciplinares (CMD), órgão vinculado ao Conselho, que delibera a sanção disciplinar a ser aplicada nos casos em que houver responsabilização de empregado resultante de irregularidades relacionadas à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo,

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

assédio sexual, assédio moral e ações com indícios de práticas criminosas ou de improbidade. O CMD vem realizando reportes trimestrais ao CAE com o balanço de medidas disciplinares deliberadas.

O CAE também tomou conhecimento do plano de trabalho da Comissão de Ética e apreciou reportes periódicos com o balanço das atividades da Comissão e o resultado de ações e trabalhos realizados pelo órgão. A Comissão, vinculada ao CA, tem por finalidade promover a gestão da ética na Companhia, desempenhando atribuições de natureza pedagógica, corretiva e consultiva que visam ao cumprimento dos princípios éticos e dos compromissos de conduta que compõem o sistema de gestão da ética na Companhia.

3.5.4 – Controles Internos

A administração da Transpetro é responsável pelo desenho e pela implantação de procedimentos, processos e práticas de controles internos que garantam a salvaguarda dos ativos bem como a precisão e a integridade das informações contábeis.

A avaliação sobre os procedimentos e a execução dos controles adotados pela Companhia é feita pela Auditoria Interna, cabendo à auditoria independente a avaliação de controles aderentes ao escopo de certificação da Petrobras, com ênfase nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (SOx).

Ao longo do exercício, o CAE realizou o acompanhamento do processo de avaliação de controles internos da Companhia, com base em reportes regulares realizados pela Auditoria Interna, pelos auditores independentes e por gestores da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da Companhia, à qual está vinculada a Gerência de Controles Internos. Nesses reportes, foram também abordados, em algumas ocasiões, os planos de ação em andamento para a mitigação de deficiências de controle, acompanhados pela GRC.

Além dos reportes regulares, o CAE realizou reuniões com gestores de diferentes áreas para tratar de questões importantes envolvendo controles internos, como a implantação de novo sistema de apoio à gestão do contencioso. O Comitê também discutiu com os gestores responsáveis na Petrobras a definição do escopo SOx aplicável à Transpetro, visando à racionalização dos esforços direcionados à certificação da Controladora.

3.6 - Canal de denúncias, apurações e Ouvidoria

A Ouvidoria está diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e é responsável pelo tratamento e pelo reporte de demandas envolvendo sugestões, críticas, solicitações, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia. Entre as denúncias tratadas pela Ouvidoria, estão também aquelas de natureza anônima recebidas por meio do Canal Denúncias único do Sistema Petrobras.

Conforme as diretrizes vigentes no Sistema Petrobras, a apuração das denúncias dessa natureza classificadas pela Petrobras como risco alto e muito alto está sob responsabilidade e coordenação da Controladora, ao passo que a apuração dos demais casos recebidos a partir de 2017, é conduzida pela própria Transpetro.

Ao longo do exercício, foram realizados ao CAE reportes mensais da área de Integridade Corporativa da Petrobras sobre o andamento e os resultados das apurações de denúncias de fraude e corrupção de risco alto e muito alto, além de reportes trimestrais da GRC sobre as demais apurações, feitas pela própria Transpetro.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Além disso, foram realizados reportes mensais da Ouvidoria sobre o tratamento de denúncias recebidas, com destaque para aquelas classificadas nas categorias "fraude e corrupção" e "violência no trabalho", sem prejuízo dos relatórios trimestrais apreciados pelo CAE e pelo CA, contendo uma visão geral de todas as atividades da Ouvidoria e das manifestações tratadas pelo órgão.

3.7 - Outros assuntos

Foram apresentados outros temas relevantes, a saber: (i) custos e prazos de docagens; (ii) remuneração dos administradores; (iii) flutuação dos preços de frete de navios; (iv) processo de elaboração de orçamentos para licitações; (v) pontualidade de pagamentos a fornecedores; (vi) investimentos Petros; (vii) processos de aquisição de bens e serviços; (viii) gestão de TI.

4 - CONCLUSÕES

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Transpetro, em face das atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

- (i) As ações de prevenção e combate à fraude e corrupção estão desenhadas em alinhamento ao Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC) aplicado à Transpetro e foram implementadas pela organização.
- (ii) Os controles internos para a produção dos relatórios financeiros são razoavelmente seguros.
- (iii) A Auditoria Interna da Companhia desempenhou adequadamente suas funções, dispondo de estrutura e orçamento suficientes e adequados ao longo do exercício.
- (iv) A auditoria independente atuou de forma satisfatória e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência.
- (v) A gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela administração.
- (vi) Os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais relativos aos benefícios pós-emprego são razoáveis.
- (vii) As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e forneceram evidências quanto à existência de condições comutativas, transparência, equidade e quanto ao interesse da Companhia. Outrossim, o Comitê recomenda que a administração continue atuando para assegurar o fortalecimento dos controles relacionados a esse tipo de transação.

Neste contexto, após o exame e análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes - que manifestaram opinião sem ressalvas - e do Relatório Anual Integrado de 2019, o Comitê avalia que todos os fatos relevantes que são de seu conhecimento estão adequadamente divulgados nos referidos documentos, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro

Empresa do Sistema Petrobras

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2020

Marco Antônio Mayer Foletto

Presidente do CAE Especialista financeiro do Comitê

Edson Soares Ferreira Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves Membro do CAE